

Pelas Janelas da Mídia

Liliane Feitoza
Salviano Feitoza

Pelas Janelas da Mídia

Liliane Feitoza
Salviano Feitoza

Editor: Lécio Cordeiro

Revisão de texto: Suélen Franco

Capa: Sophia Karla

Projeto gráfico: Allegro Digital

Editoração eletrônica, pesquisa iconográfica e infografia: Allegro Digital

Coordenação Editorial:



Avenida Doutor Rinaldo de Pinho Alves, 2680

CEP: 53411-000 - Paratibe - Paulista/PE

Fone: (81) 3447.1178

CNPJ: 14.605.341/0001-03

Acreditando no futuro do Brasil

Fizeram-se todos os esforços para localizar os detentores dos direitos das fotos, ilustrações e dos textos contidos neste livro. A Editora pede desculpas se houve alguma omissão e, em edições futuras, terá prazer em incluir quaisquer créditos faltantes.

Para fins didáticos, os textos contidos neste livro receberam, sempre que oportuno e sem prejudicar seu sentido original, uma nova pontuação.

F311p Feitoza, Liliane
Pelos janelas da mídia / Liliane Feitoza, Salviano Feitoza.
– Recife : Prazer de Ler, 2018.
64p. : il.

Inclui referências.

1. COMUNICAÇÃO DE MASSA – ASPECTOS SOCIAIS.
2. NAZISMO NA COMUNICAÇÃO DE MASSA. 3. BRASIL
– HISTÓRIA – REPÚBLICA, 1889-1954 – ARTIGOS DE
JORNALIS. 4. EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO –
TESTES E EXERCÍCIOS. I. Feitoza, Salviano. II. Título.

CDU 659.3

CDD 302.2

PeR – BPE 18-10

ISBN: 978-85-8168-652-3

Impresso no Brasil

As palavras destacadas de amarelo ao longo do livro sofreram modificações com o novo Acordo Ortográfico.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Apresentação

Escrever um livro de História não é como escrever uma ficção ou um romance, em que o autor tem plena liberdade para criar personagens e lhes atribuir características. O historiador é um contador de histórias, mas não um autor, uma vez que ele não é responsável por criar ou inventar. Os verdadeiros autores da história são as pessoas, tanto as grandes personagens (aquelas cujo nome está gravado nos livros) quanto as pequenas, que podem não ser lembradas nominalmente, mas garantiram que a história fosse implementada dia após dia. Assim, as pessoas e as instituições, criadas por elas, devem ser pensadas como possuindo uma história, como personagens e como fontes capazes de contar a história através da sua realidade. Nesse sentido, este livro reconta momentos históricos a partir da sua relação com a mídia.

Pensaremos na mídia como possuidora de uma história própria, que não se separa da história geral; também pensaremos nela como uma personagem que, em alguns momentos, foi essencial para que a realidade se desenrolasse da maneira como se desenrolou; e ainda como fonte capaz de gerar informações históricas, criadas não com a pretensão de serem históricas, mas como parte da existência cotidiana e como resposta aos desafios de lidar com a realidade. A história através da mídia é uma lembrança de que existem muitas histórias dentro de uma maior e de que os grandes momentos representados pelos livros são fragmentos de tempos muito mais complexos e coloridos, cheios de detalhes e vida, como os momentos que vivemos agora.

Recontar a história nos dá a oportunidade de percebermos que existe muito mais do que uma forma de ver o mundo e de participar da realidade. Também nos permite perceber que agora mesmo, enquanto realizamos essas atividades cotidianas como escrever e ler um texto, somos parte de uma história que nos envolve, que passa por nós e pode ser transformada com a nossa participação. É hora de aprender a história não só como um espectador, mas também como um autor capaz de oferecer sua contribuição para a construção e a reconstrução da realidade.

Depois de trabalhar a noite inteira no estaleiro, duas mulheres leem o jornal no ônibus para casa. Fotografia tirada entre 1940-45.

Everett Historical/Shutterstock.com



Sumário



Começo de conversa	5
Capítulo 1	
O ponto de vista dos meios de comunicação.....	12
Reflexão.....	17
Capítulo 2	
Jornalismo em tempos de transição	20
Reflexão.....	27
Capítulo 3	
O papel dos meios de comunicação no regime nazista.....	30
Reflexão.....	45
Capítulo 4	
O fim do Estado Novo e as informações do jornal.....	48
Reflexão.....	58
O fim e o recomeço	62

Começo de conversa

Imagine uma corda amarrada em cada ponta a uma máquina que avança. Quando uma das máquinas se adianta, a outra tem até o limite da extensão da corda para manter-se no seu próprio ritmo, mas, se o avanço da primeira é forte ou duradouro, necessariamente, em algum momento, o puxão provocado será irresistível, e a segunda máquina será arrastada.

As duas máquinas são diferentes: a primeira é maior, mais forte, normalmente é ela quem puxa, pois, além da segunda máquina, a primeira traz muitos outros aparelhos amarrados a si, influenciando e sendo influenciados por ela. Mesmo sendo menor, a segunda máquina é bastante impetuosa e, por vezes, gera um impulso que é capaz de movimentar a máquina maior.

A primeira máquina, a que é mais forte e potente, é a própria história, enquanto a segunda é a comunicação e seus processos. Esse vaivém das cordas pretende indicar que o avanço da história, que muitas vezes são os avanços do próprio tempo, não é indiferente a outras áreas. Tudo que a humanidade cria é gerado em uma história, e, por isso, ela é uma máquina tão potente e amarrada a tantas outras além da comunicação.

Quando a história avança conduzida por outras máquinas, seja a economia, a política ou a ciência, ela força a sua marcha para as demais e as arrasta impondo as suas mudanças. Algumas vezes, essa condução é lenta e gradativa, dando às máquinas arrastadas um tempo para adaptar-se à mudança que começa a ser imposta, mas, em outros momentos, os impulsos são impetuosos e até violentos.

Todas as vezes que falamos em uma revolução ou em uma grande mudança na história, pense que uma das máquinas se moveu com tanta potência, como se fosse impelida pela explosão de uma bomba, de modo que seu deslocamento praticamente arrastou as outras, sem dar a elas condição de compreender para onde estão sendo conduzidas. Nesses momentos de mudanças generalizadas, mesmo as máquinas que não se ligam diretamente a outras podem acabar exercendo influência, pois a explosão vai conduzindo a todos como em uma reação em cadeia.

Durante o Iluminismo (ou Revolução das luzes), por exemplo, o pensamento filosófico alterou de maneira radical a percepção do mundo, fazendo com que ele deixasse de ser regido principalmente pelo pensamento religioso e passasse a ser guiado pela razão. Essa mudança, que pode parecer apenas uma transformação no campo das **ideias**, na verdade modificou a relação do homem com o mundo e contribuiu para mudanças de ordem política, econômica, religiosa, entre outras.



O *Musenhof Weimar*, de Theobald von Oer, século XIX. O pensamento iluminista alterou a percepção do ser humano com relação ao mundo que o rodeava. Fenômenos que, antes, eram atribuídos ao acaso ou à religião, começaram a ser analisados pelo ponto de vista científico.

Não é possível pensar nas transformações que ocorreram na Idade Moderna, a exemplo do crescimento da burguesia, da formação dos Estados absolutistas, da expansão marítima e da Reforma Protestante, sem mencionar a influência das **ideias** iluministas. Assim, essas ideias não se encerram no campo filosófico, mas arrastam as outras máquinas, que não estavam presas à da filosofia diretamente, e sim indiretamente, através da máquina da história.

Na Revolução Industrial, ocorreu outra movimentação extrema nas cordas que mantêm as máquinas juntas, sendo que, dessa vez, foi a capacidade técnica que movimentou o mundo. Na Revolução Francesa, por sua vez, foi uma mudança política que impôs sua marcha para fora do território francês e para além do tempo.

Não é por acaso que esses três ciclos de transformação merecem ser chamados de *revolução*, e não de corrente iluminista, expansão industrial ou revolta francesa, por exemplo. O termo *revolução* é empregado na história para se referir, de maneira simplificada, a mudanças tão intensas que não podem deixar de atingir outras áreas, outros lugares e de impor seu ritmo.

Mesmo que esses movimentos revolucionários sejam encabeçados por uma área, isso não quer dizer que mudanças desse porte podem ocorrer sem uma base que permita as transformações ou uma estrutura que a possibilite. Ter uma transformação sem estrutura é inviável e faz com que as mudanças não atinjam efetivamente seu potencial, ou, em situações mais extremas, que nem sejam utilizadas, precisando esperar por muito tempo até uma estrutura capaz de suportar o avanço desenvolvido.

Nesse sentido, imagine que pudéssemos enviar um microscópio para a Pré-história. Sem dúvida, ninguém entre nós questiona o potencial transformador desse instrumento, capaz de identificar infecções e problemas em um nível celular, auxi-



liando a medicina, a farmácia, a química, a biologia, entre muitas outras áreas. Mas que usos poderiam fazer os povos da Pré-história de um aparelho tão complexo? Será que a posse do microscópio faria com que a história da humanidade seguisse um outro rumo e um ritmo mais intenso? Será que seriam puladas várias etapas do desenvolvimento científico? Ou será que, sem uma estrutura social capaz de compreender minimamente o teor da novidade, o microscópio não passaria de uma peça intrigante e até assustadora?

Esse exemplo pode até parecer fantasioso demais, mas a história está cheia de casos de invenções que, depois de criadas e até testadas, demoraram muito tempo para atingir as potencialidades sociais vistas na atualidade. Um episódio capaz de ilustrar a interdependência de forças nas corridas de avanços e transformações vem das duas máquinas de que trataremos ao longo desse livro, a história e a comunicação.

Você, certamente, já deve ter ouvido falar em um alemão chamado Johannes Gutenberg, ou simplesmente Gutenberg, apontado por alguns como o pai da imprensa ou até seu inventor. Essa colocação, por si só, já se aproxima do que queremos afirmar, uma vez que Gutenberg, na verdade, não inventou a imprensa, mas, sim, a prensa de tipos móveis no Ocidente, pois no Oriente uma invenção semelhante já era utilizada séculos antes.

A invenção de Gutenberg, uma máquina capaz de agilizar a reprodução de textos, de fato possuía um potencial transformador sem o qual a imprensa não existiria. Pense que, depois dela, para reproduzir uma página, não era mais preciso que os monges copistas (padres responsáveis por escrever à mão obras inteiras) transcrevessem palavra por palavra. Para a impressão, era necessário que os tipos, letras de cobre, fossem organizados, dando origem a palavras em uma placa de chumbo e, depois disso, era só colocar tinta sobre os tipos, acionar uma alavanca, pressionar os tipos contra folhas de papel e pronto! Seriam feitas tantas cópias quanto fossem desejadas. É uma diferença de tempo semelhante a copiar todo o conteúdo que o professor colocou no quadro ou apenas tirar uma foto dele.



Reprodução

Acima, Johannes Gutenberg (1398–1468) em gravura feita por autor desconhecido após sua morte. Acredita-se que, desde o século VIII, na China e no Japão, a impressão era feita em blocos, ou seja, cada página era um só molde. Gutenberg, por volta de 1450, aperfeiçoou essa técnica usando os tipos (letras) móveis de metal, dando, assim, mais agilidade ao processo de impressão.

Com essa inovação, de fato foram criadas as condições para o avanço de muitos setores sociais, mas não foi o que aconteceu de maneira imediata em todas as regiões. A invenção da prensa não é imediatamente seguida pelo desenvolvimento da imprensa, aqui concebida como um conjunto de veículos que exercem atividades de comunicação, produzindo livros, folhetos, panfletos e até pequenos jornais. Em outras palavras, não é porque existia uma forma mais fácil e rápida de reproduzir textos que estes passaram a ser reproduzidos em todos os lugares e em grandes quantidades. E sabe por que não?

Porque de nada adianta uma máquina capaz de imprimir uma quantidade maior, se não há muitas pessoas capazes de ler. E essa era a essência do problema. A máquina capaz de imprimir foi criada antes de a prática de leitura ter se tornado uma habilidade comum na sociedade, de modo que de nada serviria uma multidão de livros e jornais se não houvesse ninguém capaz de lê-los.

A invenção da prensa de Gutenberg costuma ser datada, pelos historiadores, como tendo ocorrido em torno dos anos 1450. A contar dessa data, não muito tempo depois, em 1500, já haviam sido instaladas máquinas de impressão em mais de 250 cidades na Europa. Em conjunto, essas máquinas conseguiam produzir cerca de 27 mil edições distintas. Em contrapartida à rapidez com que as prensas se espalharam na Europa, na Rússia e no mundo cristão ortodoxo o ritmo foi bem diferente.

No caso russo, a primeira gráfica a conseguir se fixar só se deu em 1711, cerca de 200 anos depois, o que costuma ser explicado pela falta de alfabetização generalizada no território. Já no mundo cristão ortodoxo, bem como no mundo muçulmano, a oposição aos impressos era devida, principalmente, a uma justificativa religiosa. Alguns povos acreditavam ser pecado a impressão de obras, com destaque para as religiosas. Essa oposição não ocorria apenas entre as pessoas mais simples, em alguns lugares chegou a ser uma proibição oficial, como quando Selim I, um sultão do Império Otomano, decretou que a impressão era um crime punível com a morte.

Nesses exemplos, temos o desenvolvimento técnico de um processo capaz de incentivar o avanço e a popularização de serviços de comunicação, que não consegue avançar por questões sociais e culturais. Voltando à nossa analogia das máquinas, podemos dizer que uma máquina mais pesada segurava o avanço de uma outra, que, mesmo sendo rápida, não foi forte o suficiente para movimentar todo o emaranhado de cordas prendendo diversos setores.

Em outras palavras, fica claro que essa transformação no campo da comunicação, movida principalmente por uma nova capacidade técnica (a invenção da prensa de tipos móveis do Ocidente), precisava de condições sociais e culturais favoráveis para que pudesse se disseminar. E, de fato, foram circunstâncias de outros setores



sociais que ajudaram a rápida disseminação dos impressos na Europa, entre as quais se deve destacar a teologia.

Parece estranho, afinal como a teologia poderia contribuir com a imprensa? Mas foi justamente o que aconteceu. Quando o frade Martinho Lutero lançou as **ideias** que desencadeariam a Reforma Protestante, ideias essencialmente teológicas, uma das modificações propostas por ele dizia respeito ao contato direto das pessoas com os textos bíblicos e religiosos em geral, reduzindo a necessidade de mediação até então realizada pelos clérigos.

Por sua vez, pessoas que pudessem ler a Bíblia poderiam também ler outros textos, como livros e jornais. Assim, de maneira indireta, Lutero contribuiu para a imprensa ao incentivar a alfabetização e o contato direto entre os fiéis leigos e Deus, a partir dos textos consultados. Alguns historiadores, como Peter Burke e Asa Briggs, chegam a dizer que o envolvimento com a Reforma foi causa e **consequência** da participação da mídia impressa.

As impressões teriam ajudado a causar a Reforma, pois, diferentemente das palavras de outros hereges, que pensavam de maneira semelhante à de Lutero, as dele não podiam ser apagadas com a mesma facilidade, já que a disseminação das suas ideias era garantida pela prévia existência das casas de impressão. Assim, através dos textos impressos em maior quantidade, as palavras de Lutero conseguiram ir mais longe e permanecer com mais força do que as palavras de outros questionadores, que desde a Idade Média tentavam discutir as ações da Igreja Católica.



Lutero e as suas 95 teses, de Ferdinand Pauwels, século XIX. As consequências da imprensa foram visíveis na Reforma Protestante deflagrada por Martinho Lutero. Por meio dela, houve a popularização de panfletos críticos, teses, tradução da Bíblia do latim para o alemão, etc. Ela obteve grande aceitação na população letrada da Alemanha.

Por sua vez, as impressões também seriam **consequências** da Reforma, pois o movimento protestante garantiu um sucesso econômico e uma popularização das impressões e da sua utilidade. Para se ter uma **ideia**, dos 498 livros publicados em alemão no ano de 1532, 418 tinham como temática a reforma da Igreja, ou seja, 80% das publicações que geravam recurso para os impressores advinha da causa religiosa. Além dessa ampla quantidade de obras, um avanço ainda mais vantajoso se processava, pois o povo passava a compreender a serventia das impressões.

Entre as décadas de 1520 e 1530, os protestantes realizaram uma ofensiva midiática, não só para comunicar suas mensagens, mas também para enfraquecer a Igreja Católica, usando o humor e o riso para ridicularizá-la. Enquanto os protestantes apostavam no poder da comunicação e da fala, a Igreja Católica apostava na ordem e no silêncio. Nesse mesmo período, os católicos não responderam com mais falas, mas com a proibição de obras, gerando o *Index*, uma lista de livros proibidos.



Retrato de René Descartes, pintado por Frans Hals. Descartes foi um dos mais famosos intelectuais que tiveram seus livros proibidos pelo *Index Librorum Prohibitorum* (acima, no detalhe).

Se, durante as décadas seguintes, os graves conflitos entre católicos e protestantes não tiveram nenhum ganhador entre os religiosos, gerando apenas mortes e destruições, o mesmo não pode ser dito sobre a mídia impressa, que saiu do período fortalecida e compreendida como um recurso útil para os dois lados. Tanto católicos quanto protestantes compreenderam a importância de ter uma voz e divulgar a as suas ideias.



Por fim, todo esse raciocínio pretende fixar a **ideia** de que as transformações ocorrem a seu tempo, às vezes forçando o avanço de algumas áreas, às vezes sendo freadas por elas, mas, de qualquer forma, os movimentos sempre acontecem. Nem todos os dias ocorre uma revolução, mas a história se desenrola todos os dias. Agora mesmo, enquanto você lê esse texto, vários eventos estão se concretizando e dando origem a uma história que, daqui a alguns anos, vai estar escrita em um livro e vai ser discutida por pessoas que viveram esses dias ou por outras que nem tinham nascido no tempo do ocorrido.

Ao tratarmos do desenvolvimento da imprensa, fizemos menção a uma época e alguns eventos que você já estudou, como a Reforma Protestante e a **Contrarreforma**. Mesmo tendo tratado desses acontecimentos, muito provavelmente o seu livro não mencionava essa relação entre a Reforma Protestante e o desenvolvimento da imprensa. O que não é de estranhar, afinal, a proposta do seu livro é tratar da história geral, e não das várias histórias específicas que ocorrem dentro dela, como a história do papel, dos trens ou da mídia, por exemplo.

Acontece, entretanto, que existem várias histórias dentro dessa história geral, e todas elas se desenvolvem ao mesmo tempo e de maneira interdependente, sendo separadas apenas para fins didáticos. Conhecer um pouco dessas outras narrativas possibilita alcançar alguns detalhes novos e perceber como olhares diferentes podem modificar a percepção de fenômenos e acontecimentos.

Neste livro, falaremos de três histórias já conhecidas por você, mas trataremos delas não pelo ponto de vista da história, mas pela relação com a mídia e com seus processos comunicativos. Antes disso, vamos falar um pouco sobre a história que é vista e produzida pelos meios de comunicação, pensando nela como uma possibilidade de registrar e de fazer parte dos grandes acontecimentos.





A Aleksandravicius/Shutterstock.com

1

O ponto de vista dos meios de comunicação

Como podemos inferir pelos trechos anteriores, os meios de comunicação, como o jornal, o rádio, a televisão e a Internet, possuem uma história própria, que trata da sua criação e das invenções e situações que modificaram e geraram as suas características. Mas, além dessa história própria, também existem momentos em que os meios de comunicação participam da história geral como personagem e como fontes de informação.

Os meios de comunicação são personagens da história quando se fala, por exemplo, do rádio sendo utilizado como instrumento para popularizar o governo de Getúlio Vargas ou dos jornais que foram fechados durante o período da república civil-militar brasileira. Esses mesmos meios são fontes de informação quando o interesse da história não são as suas contribuições para os eventos, mas, sim, os conteúdos produzidos, a fim de utilizá-los como registros do que ocorreu.



Você já deve ter visto, em algum livro de história, um fragmento de jornal ou um registro fotojornalístico sendo utilizado para ilustrar ou para reforçar um fato. Isso acontece, pois os jornalistas acompanham diversos acontecimentos todos os dias e, algumas vezes, um tempo depois, o relato produzido a respeito de um dia ou de um período específico passa a ter interesse histórico e a ser considerado uma fonte de informação.

E a verdade é que os jornais relataram grande parte dos grandes acontecimentos dos últimos tempos, pois os jornalistas procuram estar presentes em eventos que tenham potencial histórico, ou seja, acontecimentos que possivelmente serão ou farão parte do desdobramento da história. Por isso, sempre há jornalistas em momentos em que decisões estão sendo tomadas, como em manifestações e em eventos políticos.



Os repórteres, muitas vezes, para cobrir eventos ou fotografá-los, têm de correr perigos extremos, como os que acompanharam a Segunda Guerra Mundial enfrentaram. Na foto, o desembarque dos Aliados na Normandia, França, em 6 de junho de 1944. Note que, para registrar o momento, o fotógrafo estava entre os soldados.

O que mais tarde pode ficar conhecido como um acontecimento representativo de um período antes pode ter sido apenas um fato do dia. Em 1964, por exemplo, uma série de passeatas públicas, denominadas **Marcha da família, com Deus, pela liberdade**, levou muitas pessoas às ruas em protesto contra uma suposta ameaça comunista.

As imagens a seguir, retiradas de um dos jornais muito populares já naquela época, foram resultado do trabalho de jornalistas e fotógrafos que, naquele dia, saíram da redação apenas para acompanhar e retratar um fato, sem saber que no futuro o fato seria compreendido em uma conjuntura mais ampla do que foi naquele momento.



Reprodução

As manifestações foram iniciadas após o comício em que o presidente João Goulart havia prometido a realização de reformas de base para o Brasil. Tal proposta foi entendida por alguns como uma ameaça comunista, e, como os comunistas não tinham uma fama muito boa, a situação movimentou protestos revestidos de reivindicações dotadas de peso moral. Na descrição do evento, os jornalistas atribuíram às manifestações o caráter de luta pela liberdade e pela democracia. Só depois de muitos anos transcorridos e dos acontecimentos seguintes é que a história passou a tratar desses protestos não como uma manifestação por democracia, mas como eventos que deram sustentação para a república civil-militar que estava para começar.



Dick DeMarsico/NARA

Em plena Guerra Fria, as Reformas de Base anunciadas por João Goulart foram entendidas, pela imprensa em geral, como uma atitude comunista, o que gerou protestos pelo País e serviram de apoio ao golpe militar de 1964. Acima, João Goulart sendo recepcionado em Nova York em 5 de abril de 1964.



Assim, quando o historiador olha para o jornal, ele compreende que aquele é um relato limitado ao momento e é justamente isso que se busca. Em alguns momentos, os historiadores consultam os meios de comunicação em busca de documentações capazes de comprovar a realização de um evento, como as fotos na capa dos jornais, que garantem que o evento ocorreu e que muitas pessoas estavam presentes. Outras vezes, entretanto, a intenção do historiador não diz respeito à utilização do conteúdo como documentação de fatos, mas também como expressão dos sentimentos daquela época específica, podendo, assim, construir uma narrativa com mais detalhes.

Essas utilizações diversas existem, pois há semelhanças entre os acontecimentos que atraem a atenção dos jornalistas e dos historiadores. E, em alguma medida, também há semelhanças sobre o que faz cada um desses profissionais. É claro que também existem diferenças; do contrário, ser historiador ou ser jornalista seria a mesma coisa, e sabemos que isso não é verdade.

A quantidade de tempo que cada um desses profissionais tem à disposição, sua possibilidade ou não de acompanhar a história diretamente, a duração da narrativa produzida, os relacionamentos com as fontes, as formas de financiamento das atividades e os leitores para quem os textos se dirigem são apenas algumas das disparidades entre o trabalho dos jornalistas e dos historiadores. Essas diferenças fazem com que as atividades não sejam iguais, ainda que os dois tipos de profissional desejem retratar histórias que parecem importantes para a memória social.

Os jornalistas e os historiadores possuem formas diferentes de selecionar o que é relevante, mas os dois selecionam. Nesse sentido, o historiador tem a vantagem de produzir sua narrativa depois da passagem do tempo, o que muitas vezes permite que os acontecimentos se desdobrem naturalmente e que o próprio tempo diga se ele foi ou não importante, ao passo que o jornalista usa seus critérios para selecionar fatos que acredita serem dignos de lembrança, mas que podem acabar não sendo.



Conhecidos atualmente como a maior banda do mundo e por ter vendido milhões de discos, os Beatles foram recebidos pela imprensa, em muito países, como uma novidade passageira e que não duraria seis meses, fato que, com o passar dos anos, mostrou-se errado. Na foto, os Beatles desembarcando em Nova York em 7 de fevereiro de 1964.

Por outro lado, o jornalismo possui a vantagem de falar de um período de tempo pequeno, as produções costumam ser diárias; em alguns casos, semanais, quinzenais ou mensais. A história, por sua vez, trata de eventos ao longo de enormes períodos, como anos, décadas e séculos, abordando inclusive tempos que ainda nem eram contados.

Como os jornalistas tratam de períodos menores e que acontecem no momento em que eles narram, o texto jornalístico pode ser mais cheio de detalhes, de sensações e de opiniões pessoais das fontes. Diferentemente dos eventos históricos que tratam de alguns personagens que já morreram há muitos anos, as coberturas jornalísticas podem ouvir os personagens manifestarem o que pensam e o que desejam.

Além dos desejos e das opiniões das fontes, as narrativas jornalísticas também podem ser marcadas pelo local de fala do jornal, isto é, os fatos podem sofrer interferência da forma como as empresas jornalísticas enxergam o mundo. Assim como a história pode possuir mais de uma versão sobre um acontecimento, o jornalismo também pode ter relatos distintos. Se não fosse assim, ao tratar de uma eleição do passado, os historiadores não deixariam claro que um jornal apoiava o candidato A e o outro, o candidato B.

Seja através da sua própria história, da sua participação na história geral ou na sua atuação como fonte de informação, os meios de comunicação podem acrescentar interessantes detalhes para a compreensão do mundo como o temos hoje. Nesse livro, retomaremos três histórias já conhecidas, mas não a partir do ponto de vista geral, e sim a partir dos meios de comunicação.

Na primeira história, a Proclamação da República será vista através da história do jornalismo brasileiro. Na segunda, a atuação do governo e das campanhas de popularização nazista será recontada tomando os meios de comunicação como personagens que ajudaram a construir a história. Por último, trataremos dos meios de comunicação como fonte de informação nos auxiliando a visualizar o fim do Estado Novo com um grau maior de detalhes.

Antes de chegarmos a nossas histórias, procure lembrar alguns dos elementos mencionados respondendo aos exercícios propostos a seguir.



Por meio de uma massiva campanha de propaganda em jornais, revistas, livros e impressos em geral, o nazismo tornou-se, praticamente, a única filosofia política na Alemanha entre os anos 1930-1940. Acima, cartaz enaltecendo a juventude hitlerista.



Reflexão

1 Os historiadores Peter Burke e Asa Briggs, ao tratarem da relação entre Reforma Protestante e mídia impressa, dizem que elas foram causa e **consequência** uma da outra. Por que, segundo eles, essa relação de causa e consequência se estabelece?

2 As estantes de história em livrarias e bibliotecas são compostas de obras que podem se referir tanto a narrativas gerais quanto a recortes e a apanhados transversais. As narrativas gerais dedicam-se a uma grande diversidade de elementos que marcaram um lugar em um período, a exemplo de um livro que trate da história do Brasil. As narrativas recortadas separam um acontecimento ou um costume de maneira específica, como um livro que trate da Guerra de Canudos, sendo este um evento específico, dentro de uma história mais geral, a história de todo o Brasil. Por fim, as histórias transversais não se voltam para tudo o que aconteceu em um período ou para um evento específico, mas acompanham uma história através do tempo, analisando como foram concebidas em outros tempos e como se modificaram, a exemplo de uma obra que trate da história da arte ou da história da alimentação. Sobre essas diferentes formas de recortar a história, assinale a resposta **correta**:



- a. As diferentes formas de observar a história se invalidam entre si, ou seja, o que é dito sobre arte em um livro de história da arte desmente o que é mencionado sobre arte em um livro de história geral.
- b. As diferentes formas de observar a história tornam o conteúdo repetitivo, pois tudo que é visto em um livro específico está contido, mesmo que de forma menos detalhada, em um livro de história geral.
- c. Ainda que as perspectivas da história não se invalidem entre si, os livros de história que são mais específicos costumam estar mais corretos do que os livros que trazem um recorte mais amplo.
- d. Os livros mais específicos são importantes para trazer detalhes sobre alguns momentos e acontecimento, já que os livros de história geral não trazem qualquer tipo de detalhe.
- e. Os livros de história mais específicos complementam os livros de história geral, pois, ao se dedicarem a um só assunto, podem abordá-lo com mais profundidade do que um livro que trata de diversos assuntos.

3 Tanto o jornal quanto o livro de história desejam relatar fatos importantes, ou seja, fatos que se diferenciam de outros acontecimentos por algumas características. É por conta dessa exigência de importância que nem todos os acontecimentos acabam em um jornal ou em um livro de história. Na verdade, existem processos de seleção executados pelos jornalistas e pelos historiadores que têm como finalidade separar os eventos mais importantes daqueles que podem ser apenas mencionados, quando não esquecidos. Mesmo com essas semelhanças, existem grandes diferenças entre o trabalho de um jornalista e o de um historiador. Liste ao menos duas.



4 Durante a realização de um trabalho de história sobre a Revolta da Vacina, um grupo de estudantes decide ir além do que está no livro didático e consultar um livro específico sobre a temática. Ao comparar os conteúdos, o grupo percebe que alguns fatos que estão no livro específico não são mencionados no livro didático. Diante da situação, a melhor atitude seria:

- a.** procurar outro livro específico sobre o tema, pois eles sabem que o livro didático é de qualidade e que, por isso, não omitiria nada.
- b.** informar ao professor que o livro didático está incompleto, uma vez que nem todos os acontecimentos estão listados nele.
- c.** compreender que os dois livros de história realizam recortes diferentes e, por isso, consultar apenas o livro específico, pois ele é melhor.
- d.** compreender que os dois livros de história realizam recortes diferentes e que o específico, por possuir mais detalhes, pode ser utilizado para complementar as informações do livro didático.
- e.** compreender que os dois livros de história realizam recortes diferentes e, por isso, o livro didático não pode tratar de todos os acontecimentos, sendo incompleto.

5 Um fato selecionado por um jornalista pode vir a ter, no futuro, interesse histórico. Ao utilizar um conteúdo jornalístico como fonte de informação, o historiador pode atribuir um sentido diferente daquele atribuído pelo jornalista. Sobre essa divergência de interpretação, responda:

- a.** Se um jornalista e um historiador discordam sobre um fato, certamente o historiador estará correto, já que ele está em posse de informações mais amplas, devido ao tempo transcorrido.
- b.** Se um jornalista e um historiador discordam sobre um fato, certamente o jornalista estará com a razão, já que ele esteve mais próximo do acontecimento real do que o historiador.
- c.** O jornalista e o historiador podem ter perspectivas diferentes sem que nenhum esteja errado, pois a percepção do jornalista mostra como o evento era percebido no momento em que ocorreu e a do historiador, como o evento foi percebido ao longo do tempo.
- d.** Não devem existir diferentes atribuições de sentido.
- e.** A diferença de interpretação implica que ou o jornalista ou o historiador estão mentindo a respeito do real sentido do acontecimento.



Reprodução

Morro de Santo Antônio, de Nicolas-Antoine Taunay, século XIX.

2

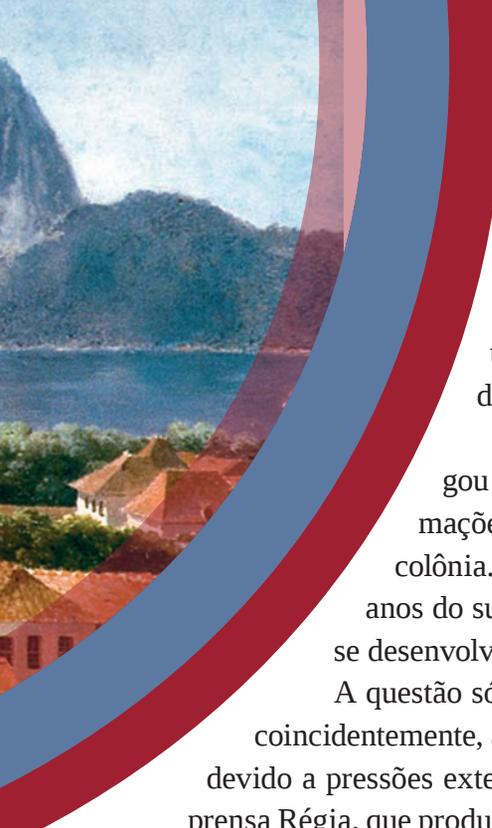
Jornalismo em tempos de transição

Ao mencionar o ano de 1500 como um ano de expansão das máquinas de impressão na Europa, você pode ter se lembrado de que este mesmo ano é reconhecido pela história geral como o ano em que os portugueses anunciaram a descoberta das terras brasileiras. Por si só, essa coincidência de datas mostra que, de fato, há muitas histórias ocorrendo ao mesmo tempo.

No ano em que você nasceu, por exemplo, a sua história estava começando, e a da sua família se modificando pela chegada de mais um membro, mas, certamente, muitos outros acontecimentos estavam se realizando ou se encerrando no mundo, como a ocorrência de grandes fenômenos naturais, de descobertas científicas, de mudanças políticas ou mesmo o lançamento de um estudo ou de um filme.

Quanto à história do Brasil e à história da imprensa, fora essa coincidência inicial de datas, a aproximação é tardia. Enquanto

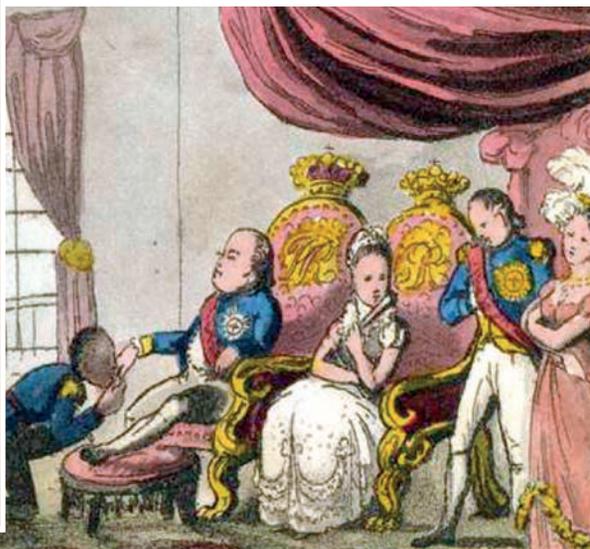




os primeiros jornais da Europa surgem no início do século XVII (em 1609, surge o primeiro jornal na Alemanha), no mesmo período a Coroa portuguesa se preocupava com a expulsão de europeus de outras nacionalidades que tentavam ocupar parte do território brasileiro, aproveitando-se da dificuldade de vigiar um litoral tão extenso.

Em alguns momentos da nossa história, a impressão chegou a ser proibida, por temor de que a disseminação de informações pudesse ser problemática para manutenção da ordem na colônia. Essa preocupação fez com que transcorressem quase 200 anos do surgimento do primeiro jornal alemão para que começasse a se desenvolver uma imprensa no Brasil.

A questão só foi considerada importante e implementada em 1808, não coincidentemente, ano em que a família real portuguesa muda-se para o Brasil devido a pressões externas. Esse ano foi, portanto, o marco para o início da Imprensa Régia, que produzia um jornal oficial, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. No mesmo ano, também passou a ser distribuído no País o *Correio Braziliense*, um jornal impresso em Londres, mas que representava questões brasileiras com mais liberdade do que a *Gazeta do Rio de Janeiro* podia fazer.



Reprodução

A *Gazeta do Rio de Janeiro* era publicada duas vezes por semana e servia, basicamente, para dar comunicados do governo. De conteúdo restrito aos interesses da Coroa, também dava informes sobre política internacional, mas sempre pendendo para o lado dos ingleses. Acima, charge da época satirizando a cerimônia do beija-mão.

Após esse período, a existência de algumas tipografias e de movimentos políticos e reivindicatórios levou ao surgimento das primeiras produções jornalísticas espontaneamente surgidas no País. Para transmitir informações e discutir as questões



importantes da época, foram criadas tanto pequenas produções artesanais quanto jornais com perfis empresariais, como o *Diário do Rio de Janeiro* (1821), o *Diário de Pernambuco* (1823) e o *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro* (1827).



Localizado no Recife, na Praça da Independência, por muitos chamada de “Pracinha do Diário”, o *Diário de Pernambuco* é considerado o mais antigo jornal em circulação da América Latina. No detalhe, à esquerda, a primeira edição, datada de 7 de novembro de 1825.

As características iniciais dessa imprensa incluíam a grande quantidade de produções confeccionadas artesanalmente, a pequena separação entre jornalismo e literatura e a atuação primordialmente opinativa. Essas qualidades só iriam **modificar-se** na Primeira República, isto é, no período compreendido entre a Proclamação da República, em 1889, e o início da Era Vargas, em 1930.

Da mesma forma que as transformações que levaram à Proclamação da República estão presentes nos livros de história, elas também estiveram, enquanto ocorriam, presentes nas páginas dos jornais, que não só tratavam dos acontecimentos, mas também participavam deles. Como, na época, grande parte dos jornais era produzida de forma artesanal, era possível que edições diversas fossem criadas, com a finalidade única de apoiar uma causa, como a causa da Proclamação da República.

Esse tipo de jornal, muito comum em períodos de efervescência política e de revoltas, atuava como divulgador de reivindicações e opiniões e costumava se organizar e se desfazer com o atendimento ou com a definitiva negação da reivindicação que o gerava. Por não possuir compromissos com investidores, com anunciantes e com as vendas, em geral essas expressões artesanais podiam ser muito mais re-



beldes e engajadas a uma **ideia** do que os grandes jornais.

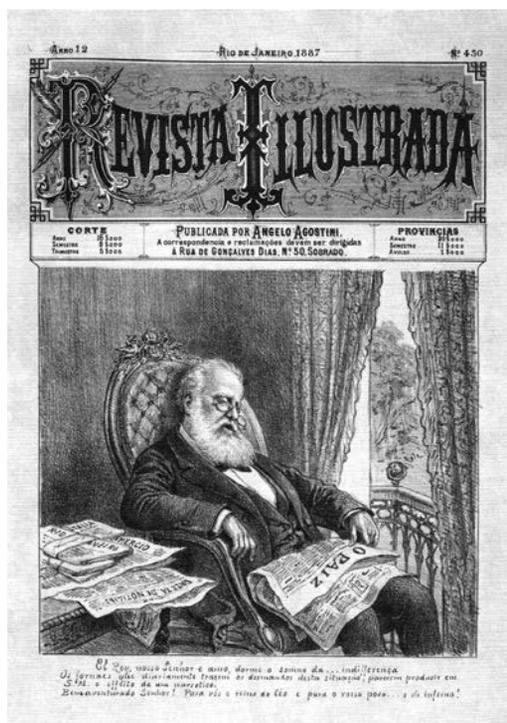
Não só nesses jornais artesanais, os textos de opinião eram privilegiados. Mesmo nos grandes jornais da época, a principal função que se concebia para a imprensa não era o relato de fatos e acontecimentos, mas a divulgação de opiniões inteligentes sobre fatos, acontecimentos e possibilidades futuras. Dessa forma, duas **consequências** se impunham para essa imprensa: os jornais costumavam ter sua posição bem demarcada, eram monarquistas ou republicanos, por exemplo; e, para que fosse transmitida a opinião mais inteligente e **eloquente** possível, os jornais costumavam ter entre os seus escritores os intelectuais mais influentes e respeitados.

O que hoje acontece principalmente nas colunas e nos editoriais de jornais e *sites* ou nos *blogs*, em que é possível ler sobre a interpretação de um jornalista ou intelectual a respeito de um acontecimento, antes era comum em todo o jornal. Os periódicos estavam cheios de críticas, análises e impressões de pessoas brilhantes, muitas das quais você já conhece pela atuação entre outras áreas. Escreveram em jornais da época, Machado de Assis, Lima Barreto, Euclides da Cunha, Olavo Bilac, Monteiro Lobato, João do Rio, Tobias Barreto, Silvio Romero, Joaquim Nabuco, entre outros.

Assim, os jornais concentravam os grandes pensadores da Nação no período e divulgavam suas opiniões sobre tudo o que acontecia. O historiador Nelson Werneck Sodré chega a dizer que a política do período anterior à República, bem como do início do período republicano, está integralmente retratada nos jornais.

E não é para menos: muito antes da ocorrência de uma grande transformação, os pensadores de uma época se propõem a refletir e argumentar sobre os pontos positivos e negativos de tais transformações. E, dessa forma, antes de o Brasil se tornar uma República, havia grandes embates nos jornais, incluindo trocas de ofensas e hostilidades relacionadas às opiniões a favor e contra a permanência do regime monárquico ou a mudança para o republicano.

O período pré-republicano e os primeiros anos do novo regime foram marcados por muitas oposições e disputas acirradas que garantiam não só constantes rivalida-



Algumas vezes, a imprensa fazia críticas severas ao Imperador, como a de Angelo Agostini, na *Revista Ilustrada* de janeiro de 1887: a de um velho sonolento governando o Brasil.

des nas páginas dos jornais, mas também se materializava no cotidiano dos escritores mais atuantes. O momento é recheado de histórias de prisões, fugas, atentados e mortes, além de reações diretas do Poder Público, que, devido às oposições, chegou a restringir a liberdade de imprensa.

Os conflitos do período não aconteciam apenas entre republicanos e monarquistas. Dentro do grupo que apoiava a República, também existiam divergências, alguns esperavam que a mudança de regime levasse também a uma série de mudanças sociais, que acreditavam ser necessárias para o País. Outros, por sua vez, apoiavam a mudança do regime, mas esperavam a manutenção dos privilégios existentes. Entre esses republicanos, mais progressistas ou mais conservadores, também existiam conflitos e rivalidades.

De maneira geral, entretanto, todos os jornais republicanos experimentaram certo prestígio após a Proclamação da República, afinal, depois de muitos anos opondo-se à forma de governo, o regime em que eles apostaram se tornou a realidade do País. Em contrapartida, os monarquistas passaram a ser a oposição ao novo regime. Oposição que normalmente era feita pelos grandes jornais de maneira comedida e pelos pequenos de maneira ampla e, algumas vezes, até ofensiva.

O jornal *A Tribuna*, periódico monarquista de pequeno porte da cidade do Rio de Janeiro, que no momento era a sede da República, era conhecido pelas duras críticas dispensadas não só ao regime, mas às pessoas que o compunham, incluindo o primeiro presidente do Brasil, o Marechal Deodoro da Fonseca. *A Tribuna* chegava a zombar e a ofender o presidente militar.

No ano de 1890, ao tratar da maneira como Deodoro se comportava, o jornal publicou: “Agora, em tempos de paz, de figos e de vacas gordas, é que é generalíssimo”, referindo-se ao excesso de autoritarismo empregado por Deodoro, julgado como desnecessário pelo jornal. Mas os escritores iam além e, ao tratar da associação de classe dos oficiais, um grupo de militares que elegera Deodoro como líder, *A Tribuna* escreveu que o clube em questão não seria permitido em um país culto, indicando que, na opinião do jornal, o grupo era primitivo e desnecessário. O desconforto causado pelo periódico foi muito grande em alguns setores, ao ponto de, dias depois, o jornal ser depredado (SODRÉ, 1999).

Mesmo diante da rivalidade do momento, o ataque ao jornal não foi apoiado pela parcela republicana da imprensa. Ao invés disso, praticamente todos os jornais do Rio de Janeiro reuniram-se através dos seus representantes para manifestar-se contra o atentado e cobrar medidas para encontrar e punir os culpados, ameaçando uma interrupção da produção de jornais se as exigências não fossem atendidas.

Tal organização pretendia defender a liberdade de imprensa, mas ela não acabava com a rivalidade existente. Para que você possa ter dimensão da grande oposição que existia entre os membros da imprensa, é válido expor a nota da *Revista*



Ilustrada, um periódico republicano do período. Ao mesmo tempo que se opunha ao ataque sofrido pelo jornal, inclusive insinuando, de maneira corajosa, que ele era de responsabilidade do próprio governo, a *Revista Ilustrada* aproveitava a ocasião para se referir à *Tribuna* como uma “molécula infectada no organismo da nossa imprensa” (SODRÉ, 1999).

Por mais que a atuação direta do governo e dos militares no atentado não tenha sido provada, o período era de intervenção direta na liberdade de imprensa. Em 1889, havia sido criado um decreto que permitia a uma junta militar julgar quem conspirasse contra a República com palavras, atos ou escritos. Devido à postura irônica e ativa de muitos jornais, a medida passou a ser chamada de **Decreto-Rolha**, indicando que o governo pretendia silenciar os opositores.

Em 1890, o decreto foi revogado, mas o Código Penal incorporava artigos para regular a imprensa, permitindo a liberdade, mas impedindo o anonimato e exigindo a responsabilização do autor por tudo que fosse considerado abusivo. Em 1891, com a crise do Encilhamento, a atitude da imprensa em relação a Deodoro continuou crítica e impiedosa. E, em meio a essas questões, ele renunciou, dando lugar a seu vice, Floriano Peixoto.

A relação entre o novo presidente e a imprensa não foi de forma alguma mais amena. Durante seu governo, Floriano reprimiu a Revolta da Armada — movimento da Marinha que pretendia depô-lo alegando que, após a renúncia, deveriam ter sido convocadas eleições — e começou a intervir na Revolução Federalista, uma guerra civil que resultou em cerca de 10 mil mortos.

As duras e violentas intervenções ajudaram a reduzir a popularidade de Floriano e a gerar uma série de questionamentos em jornais da época, a exemplo do *Jornal do Brasil*, que publicou uma série de artigos de Joaquim Nabuco intitulados *Ilusões Republicanas* e *Outras Ilusões Republicanas*. Os textos provocaram debates acalorados, e o jornal chegou a sofrer ameaças. Em 16 de dezembro, as discussões tornaram-se físicas, e a redação foi invadida por uma multidão que atirava e gritava: “Mata! Mata Nabuco!”. As oficinas de impressão foram depredadas, e o jornal pediu garantias ao governo (SODRÉ, 1999).

Em resposta, o ministro da Justiça afirmou algo que hoje seria inimaginável para um membro do governo alegar livremente. Ele chegou a dizer que “o governo não tem meios de garantir a vida dos jornalistas que trabalham nos jornais monarquistas” (BAHIA, 1990). Para salvar o jornal, as medidas tomadas passaram pela saída de Joaquim Nabuco e de outros jornalistas, alguns chegando, inclusive, a se retirar do País, e ainda por alterações que atingiram o estilo e a linguagem do jornal.

A violência das reações fez aparecer o movimento antiflorianista. No *Combate*, um pequeno jornal artesanal de postura combativa, o jornalista José do Patrocínio escreve: “Sangue, mais sangue. É preciso que o Sr. Floriano beba. Os anêmicos dão-se

bem na atmosfera dos matadouros, e o Brasil é um boi manso, que tanto serve para tirar a zorra do trabalho, como para nutrir os tiranos” (SODRÉ, 1999).

O tom do trecho deixa clara a intensidade do período e também a diferença de reação entre os pequenos e os grandes jornais, pois, enquanto o *Jornal do Brasil* não protestou com tanta força sobre a violência diretamente sofrida, o *Combate* se dirigia ao próprio presidente sem qualquer moderação. O momento fez surgir um motim na capital, que, para ser dominado, levou à prisão militares, intelectuais, políticos e, certamente, jornalistas, a exemplo de Olavo Bilac e o citado José do Patrocínio.

Os pequenos jornais eram mais facilmente atingidos e extintos pela violência do período, enquanto os grandes jornais apoiavam-se em seus investidores e no capital que os sustentava para resistir, mesmo que fosse necessário alterar a maneira como o trabalho era conduzido. É justamente em meio a esse ambiente de instabilidade que a imprensa brasileira amadurece sua postura industrial, deixando cada vez menos espaço para jornais artesanais.

Nesse mesmo ciclo de modificações, os jornais começaram a abandonar a posição opinativa para tornarem-se, a exemplo das agências de notícia e dos jornais estrangeiros, mais voltados para fatos do que para reflexões. O espaço da opinião vai sendo limitado às colunas, e os artigos políticos vão sendo substituídos por reportagens e entrevistas.

Os folhetins também vão perdendo espaço nos jornais, que passavam a estabelecer uma separação mais rígida entre o que era jornalismo e o que era literatura. Essa separação incluía não só a retirada dos capítulos de folhetins das páginas dos jornais, mas também a modificação da linguagem, que em muitos jornais ainda era difícil e empolada, já que era utilizado por jovens escritores como um espaço para alcançar notoriedade e para demonstrar conhecimento e capacidade **linguística**.

É nesse período de transição que são escritas obras clássicas, como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, livro escrito enquanto o autor acompanhava o movimento de Canudos como correspondente para o jornal *O Estado de S. Paulo*. Nesse período de oposição entre monarquistas e republicanos, o movimento foi mal interpretado como uma tentativa de exigir o retorno da República, engano que Euclides da Cunha tentou corrigir já na época, sem muito sucesso.

A sociedade estava se modernizando, e o mesmo acontecia com o jornal, mas essa modernização não representou uma independência entre os jornais e a República das oligarquias que já havia se instalado. Sodré indica, no seu livro *História da Imprensa no Brasil*, que no período obtinham vantagem os jornais cuja opinião era comprada pelo governo, hábito que havia se tornado rotina (SODRÉ, 1999).

Rui Barbosa se referiu ao momento afirmando que havia o “hábito de lubrificar



Marinonis [referência às impressoras encomendadas à casa Marinoni] com o azeite do tesouro” (BARBOSA, 2003, p. 51). Esse costume, na época chamado de **subvenção**, não nasceu na República, mas ganhou certo destaque a partir do governo de Campos Sales (ROMANCINI; LAGO, 2007).

Falando sobre a situação de subvenção à imprensa, no livro *Da propaganda à Presidência*, Campos Sales afirmou: “É bom ler, vendo, com exatidão, a cifra que a mesma lhe custou”. Mas, mesmo que a prática fosse comum, nem todos os jornais dobravam-se diante dela: um exemplo de periódico que se opôs a Campos Sales foi o *Correio da Manhã*. O jornal nasceu em camadas populares, entre a pequena burguesia urbana, e destacou-se por expor os protestos das camadas populares em um período em que a imprensa revelava um amplo apoio à política em curso.

O *Correio da Manhã* aparece como exceção principalmente porque conseguiu, mesmo com um discurso opositor, crescer e ocupar espaço entre as grandes e médias empresas jornalísticas. Além da grande imprensa, entretanto, podiam ser ouvidos discursos de oposição nos veículos alternativos, ou seja, aqueles que não estavam entre as grandes empresas e que em geral não estavam interessados em falar para todo o público, mas para um grupo específico, como a imprensa negra e a operária.

Reflexão

1 A vinda da família real portuguesa para o Brasil marca uma série de modificações para o *status* das terras brasileiras e para a vida que se levava aqui. Entre essas modificações, está o surgimento oficial da imprensa brasileira. Liste as três principais características da imprensa desse período.



2 A relação entre jornalismo e divulgação de fatos e acontecimentos é antiga, mas a separação entre os acontecimentos e as opiniões sobre estes é bem mais recente. No Brasil, os jornais alteraram seus perfis de opinativos para informativos durante a Primeira República. Antes desse período e ainda um pouco durante ele, concebia-se que o papel da imprensa era divulgar opiniões inteligentes sobre o que acontecia e sobre os rumos que o País deveria tomar. Dessa compreensão da função da imprensa, implicam-se duas características fundamentais: os jornais costumavam ter suas posições políticas bem definidas e costumavam contratar os intelectuais da época. Explique a razão dessas duas características.

3 O jornalismo, assim como qualquer outra expressão humana, possui uma história própria. Essa história sofre influência dos acontecimentos da chamada história geral e, na verdade, não se separa dela, sendo contada em separado apenas por finalidades didáticas. Sobre a relação entre a história do jornalismo e a história geral, durante a Primeira República, marque a alternativa **incorreta**.

- a. A sociedade brasileira, após a Proclamação da República, passou por um processo de modernização de muitas instituições. Da mesma forma, a história da imprensa viveu um período de modernização.
- b. A história geral e da imprensa não são histórias distintas, tanto que é possível perceber as modificações pelas quais a sociedade passava através dos jornais da época.
- c. Ao recontar a história geral através da perspectiva da imprensa, é possível encontrar fatos novos, assim como passar a conhecer novos detalhes sobre fatos já conhecidos.
- d. A passagem do Império para a República representou poucas modificações para a história do jornalismo e da imprensa.
- e. Uma das modificações ocorridas no trabalho do jornalista durante a Primeira República foi o abandono do perfil principalmente opinativo.



4 Antes da Primeira República era comum a impressão de pequenos jornais artesanais, que muitas vezes eram produções contendo um único texto e que eram escritas, impressas e distribuídas por apenas uma pessoa ou por um pequeno grupo. Depois da Proclamação da República, esses jornais começaram a perder espaço. Sobre as diferenças entre os jornais artesanais e os jornais de postura industrial, marque o que for **correto**.

- a. Os pequenos jornais do período emitiam opiniões, enquanto os grandes jornais se dedicavam apenas aos fatos.
- b. Os grandes jornais costumavam ser mais combativos do que os pequenos, graças à possibilidade de escrever mais textos.
- c. Os jornais artesanais costumavam ser pequenos e não ter uma periodicidade acertada, ou seja, não possuíam um espaço de tempo determinado entre uma edição e outra.
- d. Os jornais artesanais costumavam ser mais combativos do que os grandes jornais, já que os grandes não emitiam opinião sobre os eventos da época.
- e. Os grandes jornais conseguiram resistir melhor à violência da Primeira República, por evitar completamente qualquer conteúdo que pudesse contrariar o governo.

5 Antes da Proclamação da República e nos primeiros anos do novo regime, era comum que os jornais da época trouxessem, além das discussões políticas e das informações, capítulos de folhetins. Essa mistura entre informação e literatura foi, durante muito tempo, importante para os jornais, pois estimulava as vendas (muitas senhoras compravam os jornais interessadas nos textos dos romances) e a fidelidade ao conteúdo (era necessário comprar todas as edições para não perder nenhum capítulo do livro). Mesmo tendo representado vantagens, a relação entre jornalismo e literatura começou a se modificar. A respeito desses elementos, assinale a alternativa **incorreta**.

- a. Os folhetins foram retirados dos jornais na tentativa de estabelecer uma separação entre o que era literatura e o que era realidade.
- b. A retirada dos folhetins das páginas dos jornais foi acompanhada por uma modificação da linguagem dos jornais, que também passaram a ser escritos de maneira mais simples.
- c. Os folhetins foram retirados dos jornais, pois as pessoas da época começavam a perder o interesse pela literatura.
- d. Muitos escritores brasileiros, famosos na atualidade, produziram conteúdos para jornais.
- e. A separação entre jornalismo e literatura pode ser considerada uma tentativa de modernizar os jornais do País.



Everett Historical/Shutterstock.com

Soldados alemães nazistas no Rally de Nuremberg, em setembro de 1936.

3

O papel dos meios de comunicação no regime nazista

No começo do livro, citamos três diferentes formas através das quais os meios de comunicação podem se relacionar com a história. Na primeira delas, indicamos que a imprensa, assim como tudo que conhecemos, possui uma história própria e que essa história particular pode ser utilizada como ponto de vista. A partir dessa possibilidade de interação entre a história e os meios de comunicação, tratamos, na seção anterior, de um período da história do Brasil, a Primeira República.

Mas, ao tratarmos da Primeira República, não o fizemos pelo olhar da história geral, mas, antes disso, pelo olhar da imprensa da época, das suas características e suas modificações. Mesmo quando nomes já conhecidos eram citados, como o de presidentes e de escritores, não pensamos neles como grandes



personagens da história geral, mas como importantes para essa história particular, devido à relação entre eles e a imprensa.

A partir de agora, avançaremos para uma segunda forma de relação entre os meios de comunicação e a história. Já não pensaremos na mídia como ponto de vista na construção de uma história específica, mas como instrumento ou personagem na história geral. Para exemplificar essa outra forma de relação, vamos nos deslocar no espaço.

Ao mesmo tempo que a história do Brasil se aproximava do fim da Primeira República e, **consequentemente**, do início da Era Vargas, a história da Alemanha passava por um processo bem diferente. Como você deve se lembrar, nesse período a Alemanha sofria as **consequências** da Primeira Guerra Mundial, que incluíam não só a derrota na guerra, mas também os castigos impostos pelos países vencedores. Essas consequências levaram o país a passar por uma grande crise, que arrasou a economia, a política e a sociedade alemã.



As pesadas indenizações pagas pelos alemães por conta do Tratado de Versalhes, após a derrota na Primeira Guerra Mundial, quase levam o país à bancarrota. Na foto, em Berlim, 1931, militares servem sopa a populares. Nesse ambiente, os nazistas encontraram terreno fértil para divulgar suas **ideias**.

Foi durante essa crise que surgiu no país, em 1919, o Partido Nazista, que, desde o início, conseguiu atingir uma parcela considerável da população em torno das suas propostas nacionalistas, trabalhistas e xenófobas. O apoio crescia junto com a crise, mas se estabilizou entre 1924 e 1929, quando a Alemanha, graças à ajuda econômica dos Estados Unidos e da Inglaterra, conseguiu retomar seu crescimento.

A história poderia ter sido muito diferente a partir daí, mas acontece que esse crescimento foi interrompido, quando, em 1929, um outro acontecimento passou a influenciar a conjuntura mundial. A crise de 1929, por mais que iniciada nos Estados Unidos da América (EUA), não afetou apenas esse país. Há relação entre essa crise e o fim da Primeira República, assim como há entre ela e a ascensão do Partido Nazista alemão. Esse envolvimento existia, pois os países realizavam negócios uns com os outros e os Estados Unidos, particularmente, tanto compravam café brasileiro quanto eram responsáveis pelos empréstimos que permitiam o crescimento da Alemanha.

Com o fim do pequeno período de estabilidade, a situação alemã voltou a se agravar, e o Partido Nazista, diante do caos social, voltou a ser visto como saída para os problemas enfrentados. É nessa conjuntura que retomaremos a atenção para os meios de comunicação e para a forma como eles foram utilizados para alcançar os objetivos do partido.

Nesse regime, ao pensar nos meios de comunicação como instrumentos, estamos interessados em tratar do uso que tiveram, ou seja, em compreender como eles foram utilizados para auxiliar as finalidades nazistas. Entre esses usos, podemos destacar a constante popularidade do regime, conseguida, entre outros, pela grande habilidade com que algumas pessoas souberam utilizar os meios de comunicação.

Quando você estudou o governo nazista, assim como o fascista, talvez tenha se perguntado o que fazia com que as pessoas daqueles países tivessem apoiado esses regimes. Pois a verdade é que havia um apoio massivo. A pergunta parece ainda mais necessária, pois hoje todos parecem concordar que esses regimes geraram uma das maiores crises humanitárias já vistas. Ou seja, hoje a história e a opinião geral são de que os regimes nazifascistas foram responsáveis por horrores e grandiosos desrespeitos aos direitos humanos.



Afetados por uma hiperinflação causada já no fim da Primeira Guerra Mundial, ainda veio, depois, o *Crack* da Bolsa de Nova York para piorar a situação. Na foto, em 1923, cidadão alemão cola dinheiro na parede, pois era mais barato que papel de parede.



Assim, permanecem as seguintes perguntas: como tudo isso pôde acontecer? Como, diante das mortes e dos maus-tratos, esses governos continuaram tão populares? E, por último, como as pessoas comuns, como eu e você, puderam apoiar tamanha crueldade?

A intenção desta seção do livro não é responder de maneira completa a essas perguntas, mas, como já dissemos, tratar de um dos fatores que ajudam a respondê-la. Em outras palavras, vamos pensar nos meios de comunicação como instrumentos que auxiliaram esses acontecimentos a se tornarem possíveis, que mantiveram a popularidade dos governos e que garantiram o apoio das pessoas.

Sobre esse apoio, há quem diga que ele ocorria, pois as pessoas não sabiam realmente do que acontecia, pois as ações mais cruéis eram mantidas em sigilo, sendo conhecidas apenas por poucos membros do alto governo. De maneira geral, entretanto, essa posição não é considerada muito realista pela maioria dos historiadores.

Pesquisas posteriores comprovaram, através de fotos, documentações e jornais, que a população sabia do que se passava, inclusive com algum detalhe. Além disso, é mais construtivo não pensar nesse momento da história como resultado da ação de um grande vilão (Hitler) ou de um grupo de vilões, mas como uma terrível realidade fruto de uma situação de crise e de sérias oposições sociais.

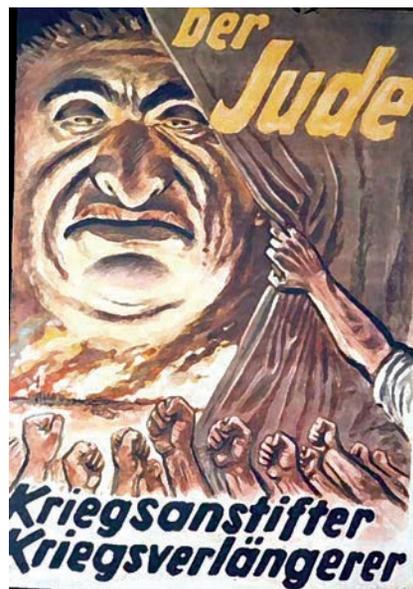
Assim, a ignorância dos maus-tratos não pode ser alegada em defesa da população que apoiou o regime nazista. O que pode e deve ser percebido (não em defesa, já que a situação é indefensável) é que a população atribuía um sentido diferente às ações comandadas por Hitler, ou seja, o que hoje se configura como uma violência sem medida na época podia parecer uma necessária defesa do povo alemão.



O Partido Nazista divulgava para a população alemã que a perseguição e, **consequentemente**, o extermínio das minorias (judeus, ciganos, homossexuais, etc.) era para a própria segurança do povo alemão e para manter a “pureza” racial. Na foto, em abril de 1938, Adolf Hitler e Heinrich Himmler saudando sua guarda de honra.

Talvez essa ideia — de que uma mesma ação pode ser interpretada de maneira diferente por dois povos — possa parecer estranha para você. Ou talvez você ainda não esteja convencido de que aquela violência poderia ser aceita como uma forma de defesa. Mas a verdade é que a crise vivida, não só pela Alemanha como também por outros países europeus, que foram prejudicados pelas destruições da Primeira Guerra Mundial, fez avançar uma onda conservadora de xenofobia e de **antisemitismo**.

Na tentativa de se reconstruir, depois da guerra, muitos países adotaram, assim como o Partido Nazista, um discurso de proteção do próprio povo. Por si só, essa ideia não seria tão perigosa se não fosse costumeiramente associada à ideia dos outros povos como inimigos. Foi nessa conjuntura que cresceu, na Alemanha, a valorização do povo ariano como uma raça superior às demais e a visão dos outros povos como inimigos, que muitas vezes eram uma ameaça ao desenvolvimento dos arianos.



Reprodução

Cartaz nazista, lançado entre 1943 e 1944, culpando os judeus pela guerra que não termina. Neste caso, a Segunda Guerra Mundial. O antisemitismo foi uma das características dos nazistas.



Ferdinand Vitzthum

Marcha nazista em Nuremberg, Alemanha, 1938. No letreiro, do lado esquerdo, está escrito: “Cidade de Fürth / Judeus são nossa infelicidade”.



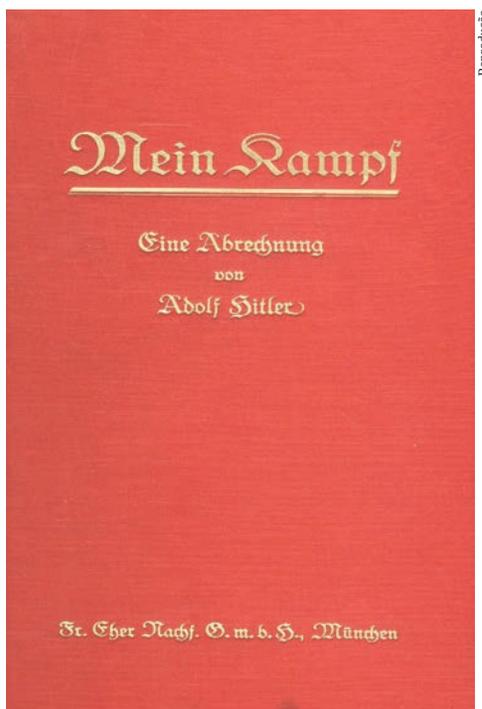
Entre esses povos não arianos compreendidos como prejudiciais, por utilizarem os recursos que os alemães acreditavam que deveriam ser apenas deles, os judeus ocupavam um lugar de destaque. Mesmo se constituindo como povo, os judeus não possuíam um território próprio, ou seja, não havia um país específico para os judeus. Ao contrário disso, eles habitavam diversos países, podendo ser ao mesmo tempo judeu e alemão ou judeu e francês, já que, mesmo sendo judeu, possuía também a relação social com o lugar de nascimento.

Acontece que, durante esse surto de xenofobia, fortalecido na Europa após a Primeira Guerra, os judeus deixaram de ser bem-vindos em muitos países em que habitavam por gerações, a exemplo da Alemanha, que os considerava usurpadores da riqueza do povo ariano. Nesse ponto, devemos retornar nossa atenção para os meios de comunicação e para sua contribuição para consolidar esse cenário.

Essa rejeição aos judeus foi consolidada ao longo de muitos anos, e os meios de comunicação participaram de maneira ativa, assim como os cientistas e os acadêmicos, que justificaram social, política e biologicamente o prejuízo relativo aos judeus. No campo da comunicação, os jornais, o rádio e o cinema foram utilizados para esse propósito, pois, mesmo antes de ascender ao poder, as reflexões iniciais de Hitler para a gestão do partido incluíam a necessidade de envolver as massas.

O Partido Nazista não planejou um governo separado do povo, mas compreendeu desde cedo que, para alcançar os seus objetivos, era necessário envolver as massas nos seus planos. Não é por outro motivo que, na obra *Mein Kampf* (*Minha Luta*), de autoria de Hitler, são feitas inúmeras considerações sobre a propaganda para as massas e sobre a própria **ideia** de massas.

Segundo Hitler, as massas têm uma capacidade de recepção muito limitada, uma inteligência modesta e uma memória fraca, ou seja, não conseguem decodificar e compreender, nas mensagens dos meios de comunicação, informações que sejam muito complexas ou transmitidas de maneira complexa. Por isso, a propaganda deveria se restringir a poucos pontos e repeti-los de diversas formas até que fossem inteiramente aceitos.



Contendo a filosofia nazista, *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, escrito em 1925, era oferecido até a recém-casados. Até hoje, é reeditado e vende muitos exemplares.

Os assuntos abordados também não deveriam ser muito distantes da realidade das massas. Para Hitler, a comunicação massiva não deveria se referir a situações desconhecidas, mas reforçar conhecimentos e sentimentos prévios. Entre os conhecimentos reforçados, estavam valores estéticos e morais da sociedade alemã, incluindo a saudação e o respeito aos seus líderes, assim como a rejeição aos judeus e a outros povos e etnias, incluindo a rejeição às religiões, aos costumes e às características físicas de outros povos.

De maneira prática, para realizar tudo isso, o Partido Nazista investia em discursos bem escritos e bem executados diante de grandes multidões. Provavelmente, se você consultar um livro de história sobre o período, verá fotografias registrando grandes reuniões de cidadãos e militares a céu aberto, em que todos se dispunham em pé e organizados em filas para ouvir os discursos de Hitler.

Por mais que essas fotos, em geral, mostrem a quantidade de pessoas que compareciam a esses eventos, elas não representavam a totalidade da população do país. Para reforçar os ideais nazistas nas pessoas que estavam nesses comícios, bem como nas demais, o partido utilizava os meios de comunicação de massa, com destaque para o cinema e o rádio.

O cinema foi um dos meios preferidos dos nazistas, e sua produção se encontra vinculada ao crescimento do partido, isto é, quanto mais popular e influente o Partido Nazista se tornava, mais intenso era o uso da produção cinematográfica, a fim de que esta continuasse garantindo a manutenção da popularidade e o apoio aos projetos e às **ideias**.



Leni Riefenstahl, ao centro, foi uma renomada cineasta nazista. Filmou as Olimpíadas de Berlim, em 1936, e as convenções nazistas, além de propagandas do nacional-socialismo. Após a Guerra, foi condenada ao ostracismo pela indústria cinematográfica. Faleceu em 2003.



Joseph Goebbels, diretor da propaganda do partido e um dos homens de confiança de Hitler, percebia no cinema um dos meios mais científicos e modernos de influenciar as massas, possuindo ainda a vantagem de produzir efeitos a longo prazo. Ou seja, para Goebbels, o cinema era capaz de gerar mais do que uma pequena influência momentânea, tornando possível transmitir formas de pensar e ensinamentos que permaneceriam por muito tempo além do momento em que eram vistos.

Unindo as concepções de que a comunicação de massa precisava ser simples, repetida e voltada para reforçar **ideias** e preconceitos já existentes às concepções de Goebbels, de que o cinema seria capaz de produzir efeitos de longo prazo, chegamos perto de compreender como a produção cinematográfica funcionava. Essa importância do cinema se reflete na quantidade de obras produzidas. Calcula-se que, durante os doze anos de domínio nazista, de 1933 a 1945, foram produzidos 1.350 filmes longas-metragens, número que deixa de incluir algumas produções anteriores à tomada de poder, mas que já apontava para a compreensão do partido sobre a utilidade dos meios de comunicação.

Os efeitos de longo prazo que o Partido Nazista desejava produzir na população podem ser divididos em dois grupos. No primeiro, havia o desejo de reforçar a apreciação de características já existentes na sociedade alemã, entre as quais estavam a devoção e o respeito às lideranças, a pureza, beleza e superioridade dos arianos e ainda a confiança nos projetos e na correção das ações do Partido Nazista.

Note que nenhuma dessas percepções pretendem ser criadas, mas, sim, reforçadas. Já existia entre o povo alemão o hábito de alimentar grande respeito e devoção às lideranças e a crença na superioridade dos arianos, assim como existia a simpatia pelos projetos do Partido Nazista. Dessa forma, a ação do cinema não se voltava para a criação, mas para o reforço e a potencialização de valores prévios, utilizando-os para trazer popularidade e apoio por parte da população.



Bundesarchiv

Joseph Goebbels foi ministro da propaganda nazista e ficou conhecido pelo seu ódio aos judeus e comunistas, pela sua sede de poder e pela sua admiração por Hitler. Ajudou a criar o mito do *Führer* em volta de Adolf Hitler, além de instituir as celebrações e demonstrações do Partido Nazista. Suicidou-se em 1945, junto com sua esposa e filhos.

O segundo grupo, por sua vez, também se voltava para o reforço de crenças prévias, mas, nesse caso, o que se reforçava não eram as características alemãs consideradas louváveis, mas as características de outros povos e nações consideradas ruins ou inferiores. Em outras palavras, além de reforçar a própria superioridade do alemão, o cinema também se voltava para potencializar e estimular preconceitos existentes na sociedade sobre outros povos, em especial sobre os judeus.

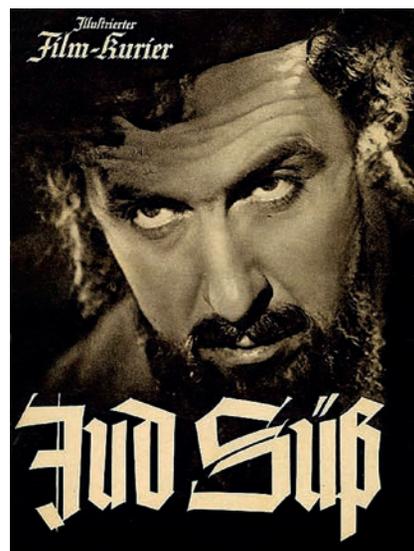
Muitas vezes esses dois esforços misturam-se em um único filme. Em *O judeu Süß* (1940), filme de Veit Harlan idealizado por Goebbles, por exemplo, a intenção de reforçar o valor dos arianos e de reduzir o dos judeus é executada com propriedade e com mais sutileza do que muitos filmes do período. Como resultado, o filme tornou-se um sucesso não só na Alemanha, mas também na França não ocupada pelos nazistas.

O filme conta a história de um judeu que, através de várias tramas inescrupulosas e criminosas, consegue se tornar ministro das finanças entre os arianos. Quanto mais poder o judeu alcançava, mais se revelava a sua natureza cruel e maldosa. E mais problemas eram infligidos ao povo, que antes da infiltração do judeu vivia de maneira pacífica.

A presença do judeu Süß desestabiliza toda a sociedade levando a uma guerra civil e, antes disso, a violência contra mulheres, mortes, desonra do povo, problemas na economia e na política. O filme alerta, portanto, para o sofrimento imposto ao povo alemão pelos judeus e pela sua natureza.

Todos os judeus que aparecem no filme são retratados como gananciosos, mal-intencionados e dotados de pouca ou nenhuma piedade. Características que se potencializavam à medida que eles passavam a ter poder na sociedade. Em contrapartida, os alemães retratados são justos, bondosos e honestos, podendo ser modificados apenas pela influência do judeu, capaz de potencializar vícios e defeitos.

Assim, ao descrever a influência trágica de um único judeu, o filme aponta para os prejuízos e para os problemas gerados pela presença e pela ação dos judeus. No fim do filme, reagindo à ameaça que o ministro judeu representava, o povo decide pelo enforcamento e pela expulsão dos demais judeus. O discurso dos homens mais justos reforçava que aquelas ações não pretendiam vingar o ocorrido, mas trazer justiça e solução para o problema. No filme, assim como já estava sendo feito na sociedade, a solução do “problema judeu” era dada através da eliminação.



O filme *O judeu Süß* foi lançado em 5 de setembro de 1940 no Festival de Veneza e é considerado uma das peças de propaganda mais infames do período nazista.



O diferencial do filme, em relação a outros da época, consiste na sutileza com que conduz para a conclusão comum de que os judeus são uma ameaça perigosa à sociedade alemã. Antes de convencer o público das características negativas gerais dos judeus, o filme se dedica à história de um judeu específico, que ao longo do filme se comporta como um verdadeiro vilão, desses que não despertam simpatia alguma no público.

Esse judeu específico é então transformado em representante geral de um povo, de forma que toda a ação desonesta passa a ser vista como atitude comum dos judeus. O enredo faz com que o personagem judeu admita, em algumas situações de poder, suas intenções e sua natureza. Numa cena em que nega ajuda a uma jovem que teme pela vida do seu marido e do seu pai, *O judeu Süß* expõe a crueldade que os alemães gostariam de atribuir aos judeus.

Enquanto a moça reza, ele a amedronta com a seguinte afirmação: “Não só os cristãos têm um Deus, nós também temos. Temos um Deus vingativo. Olho por olho, dente por dente”. Ao fazer com que o personagem judeu profira essa frase sobre a sua religião, e não que outra pessoa o diga, o filme faz com que ela pareça uma confissão, sendo mais poderosa entre os receptores.

Com um estilo bem diferente, ainda que atendendo aos mesmos propósitos, o filme *O eterno judeu* (1940) também foi bastante popular. Nesse longa-metragem, são utilizadas imagens filmadas entre verdadeiros judeus, em geral, moradores da Polônia, que se deixavam filmar enganados quanto à finalidade das imagens. O filme é então produzido unindo as imagens, muitas vezes editadas para parecerem comprometedoras, a uma narração que utilizava argumentos científicos e se apoiava nas imagens para acusar os judeus de maneira direta.

Em *O eterno judeu*, o povo semita é comparado a ratos. De acordo com a narração, da mesma forma que os ratos são pragas que podem transmitir doenças e prejudicar a produção, os judeus seriam parasitas capazes de transmitir doenças e de prejudicar não só a produção, mas toda a sociedade alemã.

Esse filme é considerado hoje como uma das mais maldosas obras cinematográficas que já foram rodadas, não só pela violência das afirmações, que reforçavam preconceitos, mas pelo estilo, propositadamente construído em um formato próximo ao documentário, a fim de reforçar seu caráter de obra séria e reveladora.



Cartaz do filme *O eterno judeu*, de 1937. Esse filme foi usado para treinamento de policiais e tropas de proteção, as chamadas Waffen-SS. O diretor, Fritz Hippler, ainda recebeu uma doação secreta de Adolf Hitler “seus serviços ao Reich”.

Constantemente no filme, os judeus não são descritos como se fossem humanos, mas como parasitas dos verdadeiros humanos, os arianos. Para reforçar os preconceitos existentes, o filme afirma os preconceitos e os reforça com imagens. A narração faz referência, por exemplo, à sujeira dos judeus, ao mesmo tempo que moscas são focalizadas pela tela; essa sujeira é ainda diferenciada da pobreza, pois também, segundo os estereótipos, os judeus são ricos e vivem na sujeira para atrair a piedade e retirar dinheiro de outros povos.

Em outra passagem, o filme fala que os judeus são preguiçosos e que não gostam de trabalhar ou produzir nada, a única atividade apreciada seria o comércio, pois nela o judeu poderia tirar proveito do trabalho dos outros. Enquanto essas mensagens são transmitidas, a câmera mostra judeus sentados ou descansando e, em seguida, judeus de todas as idades animados em atividades comerciais.

Também são feitas considerações sobre o judaísmo como religião, indicando que é através das bases religiosas que o judeu aprende a ser dissimulado, mentiroso e avaro. Esses preconceitos, há muito presentes na sociedade europeia, são retratados como fatos sendo comprovados.

O conjunto de cenas ajuda a reforçar esses e outros preconceitos já existentes na sociedade, mas o faz de maneira tão violenta que chegou a ter algumas cenas questionadas pelo próprio partido. As cenas não eram questionadas pelo conteúdo; de maneira geral se concordava com todas as afirmações feitas, as críticas diziam respeito ao formato. Para se ter uma ideia, o filme chega a mostrar animais sendo mortos a fim de ressaltar a crueldade do povo judeu.

Através de um estilo ou de outro, esse tipo de narrativa, muitas vezes repetida, fez com que preconceitos antes escondidos passassem a ser explícitos e que os judeus fossem considerados por grande parte da população como pragas que precisavam ser exterminadas. Nesse ponto, podemos retomar as perguntas feitas inicialmente e a afirmação de que muitos alemães viam os horrores do holocausto através de outro ponto de vista.

Em outras palavras, quando se fazia menção a pessoas sendo capturadas, escravizadas, utilizadas para cruéis estudos e até mortas em massa, muitos não conseguiam enxergar pessoas sendo seriamente maltratadas, mas o esforço de um governo justo para que uma “praga” fosse controlada. É claro que essa indicação de nenhuma forma desculpa as crueldades do período. A intenção de fazer esse exercício de relativismo cultural é apenas perceber como a estrutura social e comunicativa davam suporte para que os abusos e as crueldades pudessem acontecer encontrando tão pequena resistência.

Imagine que essas narrativas antissemitas, racistas e valorizadoras de tudo que elevasse a pureza ariana não foram repetidas apenas nesses dois filmes citados, mas em milhares de filmes, livros, programas de rádio, discursos oficiais e simples con-



versas. Dessa forma, adaptando uma famosa frase de Goebbles, “uma mentira mil vezes repetida tornou-se verdade”.

Foi justamente porque todos esses preconceitos se tornaram uma “verdade” que esse regime continuou popular mesmo diante de toda a crueldade realizada. Apesar de saberem do que ocorria, possibilidade mais aceita pela história, as pessoas não se manifestavam contra as ações, pois tinham sido ensinadas, ao longo de anos, que essas ações eram necessárias e que os que eram atingidos por elas, os judeus, eram a união de tudo que era mais corrupto e negativo em uma sociedade.



Ilustração divulgada nas escolas da Alemanha, em 1936. Note que as crianças alemãs são retratadas com traços suaves, enquanto as judias têm traços grosseiros no rosto. As crianças alemãs zombam das judias, que são levadas por um professor judeu, nitidamente zangado. Ao lado esquerdo, podemos ver uma criança judia maltratando uma criança alemã.

Para compreender a falta de esforço em defender os judeus e outros povos que sofreram pelo domínio nazista, pense na seguinte situação. No caminho de casa, você percebe um grande tumulto e, com curiosidade, aproxima-se a fim de saber do que se trata. Ao chegar lá, você percebe que três pessoas estão agredindo uma, que já está bastante machucada. Espantado/a, você pergunta a uma das pessoas que observam porque ninguém está fazendo nada. Ela prontamente lhe responde que a pessoa ferida tinha tentado assaltar alguém.

Na fala da pessoa, fica implícito que, nesse caso, a violência é justificada, pois

é destinada a alguém que “merece”, ou seja, um criminoso. A situação narrada faz referência a um caso de linchamento, ação criminosa que não é incomum no Brasil. Tanto o linchamento quanto os maus-tratos durante o regime nazista são condenáveis em várias esferas, entre elas a dos direitos humanos, da moralidade e da justiça propriamente dita. Também é comum entre esses dois acontecimentos que, nos dois casos, as pessoas que realizam os atos e as que assistem acreditem não serem suas ações criminosas, mas, pelo contrário, justas.

A intenção desse exemplo não é comparar judeus a assaltantes nem pessoas que testemunham linchamento a nazistas, mas deixar claro que, quando um discurso de ódio e de violência é muitas vezes repetido, ele passa a ser visto como justificável, quando, na verdade, não é. Esse discurso de ódio ainda é construído de forma que qualquer tentativa de se opor a ele seja considerada errada.

Se você, depois da resposta da pessoa, começasse a gritar que linchamento é um crime e que aquela não é a forma justa de responsabilizar alguém, possivelmente as pessoas iam se referir a você como alguém que prefere os bandidos às pessoas honestas. Assim como a sua ação, na cena do linchamento, certamente muitas pessoas perceberam que as ações do governo nazista eram erradas e condenáveis, mas a esse ponto, o governo já possuía o monopólio dos meios de comunicação, evitando que **ideias** divergentes fossem divulgadas. Os governantes possuíam ainda força para afastar ou condenar, como inimigos do regime, todos os que discordassem das ações realizadas.

Mesmo que de maneira menos impressionante e menos numerosa do que as mortes no holocausto, os casos de linchamento demonstram que a utilização da violência e a apatia das pessoas quanto a ela não é uma realidade muito distante dos nossos tempos. E que discursos de ódio, como o **antissemita** ou o do “bandido bom é bandido morto”, são capazes de alterar a percepção da violência, apresentando-a como um recurso necessário.

Além do cinema, outro meio de comunicação densamente utilizado foi o rádio. Por mais que o cinema propiciasse o efeito de longo prazo a que nos referimos, a verdade é que, assim como hoje, as pessoas não iam ao cinema todos os dias. Era necessário um meio de comunicação mais rápido, cujo processo de produção não fosse tão demorado e que pudesse estar com as pessoas todo o tempo. Assim, o governo investiu densamente no rádio, fazendo com que, em 1939, 70% da população alemã ouvisse rádio.

Para facilitar a entrada do rádio nas casas, Goebbels orientou a produção de um aparelho de rádio chamado VE301 (o número 301 faz referência ao 30 de janeiro de 1933, dia em que Hitler foi nomeado chanceler). Graças a políticas de incentivo, os VE301 tornaram-se acessíveis, e o partido passou a ter uma voz constante ecoando na casa de milhares de alemães. Através do rádio, o comando nazista podia celebrar o regime e os seus comandantes, assim como continuar insuflando o ódio aos ju-



deus e responsabilizando-os pela maior parte dos problemas sociais enfrentados.

Já em 1933, antes da expansão do sistema de radiodifusão, os serviços de rádio da Alemanha começaram a transmitir os discursos de Hitler para casas, fábricas e até mesmo para as ruas através de alto-falantes espalhados em espaços públicos. A intenção era que os ideais nazistas não deixassem de ser ouvidos em



Distribuição gratuita de rádios em Berlim no dia de aniversário de Goebbels em 1938.

momento algum, função para a qual a transmissão via rádio era muito bem-sucedida.

Se, desde antes da ascensão ao poder, o Partido Nazista já sabia da importância da propaganda na condução das massas, depois de 1933 eles não só potencializaram, como vimos através do cinema, sua produção, mas também cuidaram para que não fossem oferecidos discursos diferentes do aceito pelo partido. Assim, tanto o conteúdo quanto a apresentação de programas passaram a ser controlados pelo ministério da informação pública e da propaganda.

Para realizar esse controle, foi criada uma câmara de radiodifusão, que abrangia as emissoras de rádio, as associações de ouvintes, o comércio de transistores e a sociedade de radiodifusão, colocando todos abaixo do comando direto do ministério. Todos os funcionários de rádios foram obrigados a se filiar à câmara de radiodifusão para poder continuar exercendo o serviço, de modo que todas as rádios transmitindo de maneira oficial eram diretamente controladas pelos interesses nazistas.

A partir do início da Segunda Guerra Mundial, foi proibido acompanhar transmissões de emissoras estrangeiras, sob pena criminal que podia até chegar à pena de morte. O partido precisava evitar que os alemães compreendessem como a experiência nazista era vista de fora.

Em 1940, já durante a Segunda Guerra, foi criada uma programação única, que todas as emissoras deveriam transmitir para garantir a unidade de discurso e para reduzir a possibilidade de radialistas que se opusessem ao regime. A programação única incluía programas regionais, notícias sobre os êxitos militares e conteúdos sobre a nobreza da ação germânica e sobre a ameaça dos inimigos.

Mesmo quando a Alemanha já estava perto da derrota, as transmissões continuavam a exibir um tom otimista, indicando, por exemplo, que os tempos difíceis iriam passar em breve. Em maio de 1945, quando o regime nazista foi oficialmente derrotado e Hitler suicidou-se antes da sua captura pelos russos, a transmissão ra-

diofônica saudou a postura do líder, com a seguinte notícia: “Diretamente do quartel-general do *Führer*, está chegando a mensagem de que nosso *Führer* Adolf Hitler tombou pela Alemanha, lutando contra o bolchevismo até o último suspiro”.

A ação midiática nazista também incluiu controle da mídia impressa e uma experiência televisiva. Também nesses casos, a liberdade de expressão foi cerceada, e o discurso nazista foi transformado em única versão possível.

Mesmo com o fim do regime, a história não pôde ignorar o sucesso comunicativo do Partido Nazista. O apoio substancial das massas, não só no auge social e econômico do regime, mas também nas proximidades da queda, motivou muitos estudos, em diversos países, que se questionavam sobre o poder da propaganda e dos meios de comunicação, além de sobre a eficácia de ambos.

Os estudos da comunicação de massa, surgidos entre as duas grandes guerras e reforçados após a segunda, basearam muitas conclusões a respeito do público receptor dos meios de comunicação de massa no estudo dos casos nazista e fascista. A **ideia** de que os receptores das informações de massa são todos iguais, apáticos (aceitando qualquer coisa que lhe seja oferecida) e que respondem da mesma forma à mensagem recebida foi reforçada nesse período e através da experiência comunicacional de que tratamos nesta seção.

Por mais que os estudos da comunicação de massa tenham avançado e que tenham surgido muitas outras teorias (inclusive negando a percepção do momento pós-Segunda Guerra), algumas noções desse período ainda prevalecem. Não é por outro motivo que é comum ouvir as pessoas se referindo a quem consome um produto dos meios de comunicação de massa como alienado ou como alguém que é enganado pelos produtores de conhecimento.



A propaganda foi tão eficaz que a maioria das atrocidades cometidas na Alemanha, e fora dela, durante o período nazista, foi simplesmente ignorada pela população alemã. Na foto, sobreviventes do Gueto de Varsóvia, na Polônia, sendo capturados por soldados alemães, em 1943.



O avanço das teorias da comunicação, negando muitas das conclusões a que se chegou após os regimes nazifascistas, parece não ter sido páreo para alterar os conhecimentos gerais sobre a capacidade de influência dos meios de comunicação durante o regime nazista. Mesmo que as teorias tenham revisto a capacidade do receptor, que deixou de ser visto como passivo e passou a ser visto como ativo e capaz de tomar decisões, o senso comum continuou e ainda continua pensando na propaganda nazista e nos seus líderes como manipuladores e na população como manipulados.

Especulando sobre o assunto, poderíamos supor que, assim como afirmar que a concordância das pessoas se devia ao desconhecimento, atribuir toda a responsabilidade aos meios de comunicação (como se as pessoas fossem levadas a agir como que por hipnose) é uma forma ingênua e **tranquilizadora** de apontar um único culpado ou grupo de culpados. Essa perspectiva faz com que a grande tragédia ocorrida nesses regimes pareça ser obra exclusiva de pessoas muito ruins que manipularam a população inocente. Essa visão, entretanto, prejudica uma percepção mais próxima da realidade, deixando de encarar que, muitas vezes, grandes tragédias decorrem de uma conjuntura social e política a que todas as pessoas estavam expostas.

Nessa seção, recontamos um período profundamente conhecido da história geral e nos propusemos a pensar sobre questões há muito elaboradas a respeito dos acontecimentos da época. A história em questão não foi contada através do ponto de vista dos meios de comunicação, mas as particularidades de dois meios de comunicação em especial, o cinema e o rádio, foram utilizadas para nos ajudar a compreender porque os horrores dos regimes fascistas ocorreram e porque, mesmo depois deles, ocorreram poucas reações, sendo mantida a popularidade do governo e dos seus líderes.

Reflexão

1 Os meios de comunicação foram ferramentas importantes para o regime nazista, uma vez que auxiliaram o partido a expandir e popularizar suas **ideias**, além de ajudar a manter o apoio massivo da população. Cite algumas ideias vinculadas nos meios de comunicação da época e que tinham a finalidade de reforçar as concepções do Partido Nazista.



2 O cinema e o rádio estão entre os meios de comunicação mais utilizados para difundir e popularizar as **ideias** do regime nazista. No sentido de reforçar o **antisemitismo**, a ação cinematográfica podia tanto afirmar preconceitos de maneira direta quanto construir enredos que emocionassem e reforçassem tais conceitos de maneira indireta. Explique por que a produção cinematográfica era interessante para o Partido Nazista e como ela era utilizada para reforçar os preconceitos contra os judeus de maneira indireta.

3 O cinema é um dos meios de comunicação mais associados à propaganda nazista; além dele, todavia, é possível destacar a grande utilização do rádio como canal de disseminação de ideias. Sobre a utilização desse meio, marque o que for **incorreto**.

- a. Em comparação com o cinema, o rádio tinha a vantagem de estar todos os dias na casa das pessoas.
- b. A produção radiofônica é menos cara e mais rápida do que a produção de um filme, sendo útil para disseminar informações rápidas.
- c. Assim como fez com relação ao cinema, o Partido Nazista auxiliou a popularização do rádio.
- d. O rádio apenas era utilizado para transmitir notícias, sendo pouco utilizado para trabalhar ideias **antisemitas** ou valores nazistas.
- e. Enquanto o cinema podia gerar efeitos de longo prazo, o rádio tinha a possibilidade de repetir a todo momento o que fosse do interesse do partido.



4 (Unicamp – adaptada) Hitler considerava que a propaganda sempre deveria ser popular, dirigida às massas, desenvolvida de modo a levar em conta um nível de compreensão dos mais baixos. [...] O essencial da propaganda era atingir o coração das grandes massas, compreender seu mundo maniqueísta, representar seus sentimentos.

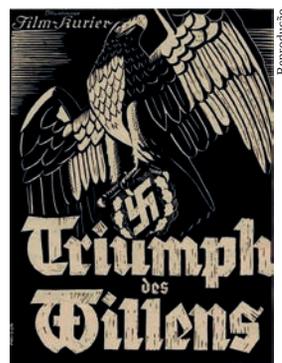
LENHARO, Alcir. *Nazismo: o triunfo da vontade*. São Paulo: Ática, 1986, p. 47-48.

Sobre a propaganda no nazismo, é **correto** afirmar:

- a. O nível elementar da propaganda era oposto ao nível dos filmes produzidos, todos muito complexos para a época.
- b. A propaganda deveria restringir-se a poucos pontos, como o enaltecimento da superioridade racial e a defesa da democracia.
- c. A propaganda deveria estimular o ódio das massas contra grupos específicos, como os judeus, negros, homossexuais e ciganos.
- d. O cinema e a produção artística foram as áreas que mais resistiram ao sistema de propaganda do nazismo na Alemanha do final da década de 1930, não sendo muito útil para reproduzir as **ideias** do partido.
- e. A propaganda nazista da época era realizada principalmente na produção cinematográfica, sendo muito pouco realizada em outros meios de comunicação.

5 (Unesp) Nas primeiras **seqüências** de *O triunfo da vontade* [filme alemão de 1935], Hitler chega de avião como um esperado Messias. O bimotor plana sobre as nuvens, que se abrem à medida que ele desce sobre a cidade. A propósito dessa cena, a cineasta escreveria: “O Sol desapareceu atrás das nuvens. Mas quando o Führer chega, os raios de Sol cortam o céu, o céu hitleriano”.

LENHARO, Alcir. *Nazismo, o triunfo da vontade*, 1986.



O texto mostra algumas características centrais do nazismo:

- a. o desprezo pelas manifestações de massa e a defesa de princípios religiosos do catolicismo.
- b. a glorificação das principais lideranças políticas e a depreciação da natureza.
- c. o uso intenso do cinema como propaganda política e o culto da figura do líder.
- d. a valorização dos espaços urbanos e o estímulo à migração dos camponeses para as cidades.
- e. o apreço pelas conquistas tecnológicas e a identificação do líder como um homem comum.



Reprodução

Imagem da Cartilha para a Juventude, de Getúlio Vargas, em 1941.

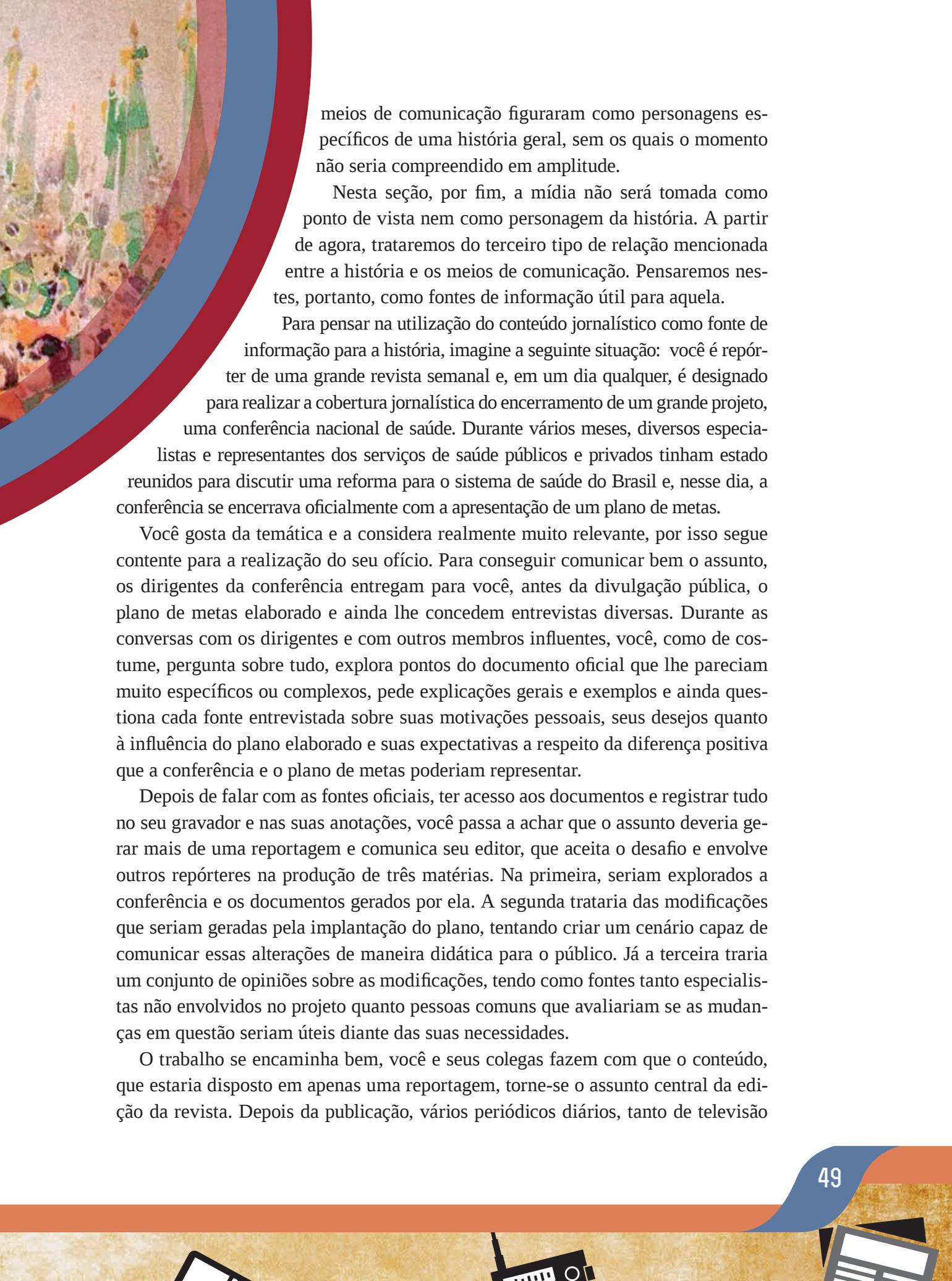
4

O fim do Estado Novo e as informações do jornal

Nas duas seções anteriores, exploramos, cada uma a seu tempo, duas relações distintas entre os meios de comunicação e a história. Na primeira, retratamos a história de um período tomando os meios de comunicação como ponto de vista para os acontecimentos. A história da imprensa brasileira durante a Primeira República esteve em primeiro plano, enquanto a história geral, estudada por você no seu livro de história, desenrolava-se como pano de fundo.

Na seção seguinte, os meios de comunicação não forneceram o ponto de vista para rever um momento, mas, ambientando-se no regime nazista alemão, ajudaram a compreender como a mídia foi um instrumento utilizado para garantir que os objetivos dos nazistas fossem alcançados. Na segunda seção, portanto, os





meios de comunicação figuraram como personagens específicos de uma história geral, sem os quais o momento não seria compreendido em amplitude.

Nesta seção, por fim, a mídia não será tomada como ponto de vista nem como personagem da história. A partir de agora, trataremos do terceiro tipo de relação mencionada entre a história e os meios de comunicação. Pensaremos nestes, portanto, como fontes de informação útil para aquela.

Para pensar na utilização do conteúdo jornalístico como fonte de informação para a história, imagine a seguinte situação: você é repórter de uma grande revista semanal e, em um dia qualquer, é designado para realizar a cobertura jornalística do encerramento de um grande projeto, uma conferência nacional de saúde. Durante vários meses, diversos especialistas e representantes dos serviços de saúde públicos e privados tinham estado reunidos para discutir uma reforma para o sistema de saúde do Brasil e, nesse dia, a conferência se encerrava oficialmente com a apresentação de um plano de metas.

Você gosta da temática e a considera realmente muito relevante, por isso segue contente para a realização do seu ofício. Para conseguir comunicar bem o assunto, os dirigentes da conferência entregam para você, antes da divulgação pública, o plano de metas elaborado e ainda lhe concedem entrevistas diversas. Durante as conversas com os dirigentes e com outros membros influentes, você, como de costume, pergunta sobre tudo, explora pontos do documento oficial que lhe pareciam muito específicos ou complexos, pede explicações gerais e exemplos e ainda questiona cada fonte entrevistada sobre suas motivações pessoais, seus desejos quanto à influência do plano elaborado e suas expectativas a respeito da diferença positiva que a conferência e o plano de metas poderiam representar.

Depois de falar com as fontes oficiais, ter acesso aos documentos e registrar tudo no seu gravador e nas suas anotações, você passa a achar que o assunto deveria gerar mais de uma reportagem e comunica seu editor, que aceita o desafio e envolve outros repórteres na produção de três matérias. Na primeira, seriam explorados a conferência e os documentos gerados por ela. A segunda trataria das modificações que seriam geradas pela implantação do plano, tentando criar um cenário capaz de comunicar essas alterações de maneira didática para o público. Já a terceira traria um conjunto de opiniões sobre as modificações, tendo como fontes tanto especialistas não envolvidos no projeto quanto pessoas comuns que avaliariam se as mudanças em questão seriam úteis diante das suas necessidades.

O trabalho se encaminha bem, você e seus colegas fazem com que o conteúdo, que estaria disposto em apenas uma reportagem, torne-se o assunto central da edição da revista. Depois da publicação, vários periódicos diários, tanto de televisão

e de rádio quanto de jornais impressos e de Internet, passam a utilizar a árdua pesquisa feita por você e pelos seus colegas como fonte, fazendo com que o conteúdo repercuta por mais algumas semanas.

Cerca de 50 anos depois, um historiador interessado nas origens do sistema de saúde no País consulta documentos que indicam que o excelente estado de desenvolvimento do sistema de saúde deve-se a um conjunto de modificações, iniciadas cinco décadas atrás, após a iniciativa de uma grande conferência que reuniu especialistas de todo o País. O historiador não tem dúvidas e decide pesquisar as influências dessa conferência.

Para seguir com o seu trabalho, o historiador levanta documentos da época, entre os quais estão não só o plano resultante do congresso, as atas de reunião e as fotos tiradas pelo grupo, mas também outras experiências em que se basearam os especialistas e projetos de lei, aprovados adiante, mas que implantavam justamente os pontos discutidos no congresso. A pesquisa vai bem, contudo o historiador sente falta de saber o que diziam e o que acreditavam que estavam fazendo os membros do congresso, assim como o que as pessoas do período acharam das propostas.

Como desde o congresso já haviam transcorrido mais de 50 anos, o historiador percebe que dificilmente poderá falar diretamente com os participantes, já que, na época das discussões, em maioria os especialistas eram homens e mulheres já muito especializados e tendo em torno de 40 ou 50 anos. Quanto à opinião das pessoas na época, o desafio era ainda mais improvável de ser superado na atualidade.

O historiador decide então analisar a cobertura da imprensa na época, já que nela, certamente, seriam encontradas falas dos participantes do congresso e do **público-alvo** das modificações. Na sua busca, o historiador encontra diversos materiais jornalísticos do período: são reportagens, notícias, entrevistas, perfis, colunas opinativas, etc. e, entre eles, a cobertura feita por você e pelos seus colegas, que neste momento deixa de ser uma notícia do passado e passa a servir àquele historiador como uma fonte de informação sobre o passado.

Nesse exemplo fictício, procuramos mostrar como, depois de algum tempo transcorrido, as informações jornalísticas podem ser percebidas como fonte de informação para historiadores e historiadoras. Além dessa história fictícia, que pretendeu ser simples e didática, o trabalho de muitos historiadores pode envolver a busca por jornais do período estudado, além de biografias e palavras de jornalistas do momento, pensando neles como fontes que ajudam o historiador a se transportar para o período que deseja compreender melhor.

A partir de agora, nós faremos o mesmo e utilizaremos jornais e trabalhadores da mídia como fontes de informação capazes de auxiliar a melhor compreensão de um período da nossa história. Temporalmente continuaremos a história no período em que a tínhamos abandonado, mas retomaremos o cenário brasileiro. Sairemos



de 1945 na Alemanha nazista, marcada pela queda de Hitler, e seguiremos para os acontecimentos do mesmo ano no nosso país.

Você certamente leu, no seu livro de história, que a queda dos regimes fascistas contribuiu para o fim do Estado Novo no Brasil, tendo sido esse Estado Novo um período de ditadura vivido pelo País entre 1937 e 1945, sob o comando de Getúlio Vargas. Essa informação é, sem dúvida, muito correta e apropriada para um livro que trata dos grandes acontecimentos, sem muito tempo para se ater aos detalhes e à lenta evolução cotidiana que une a conjuntura política global à situação brasileira.

Getúlio Vargas deixa o comando do Brasil em 1945, mesmo ano em que Hitler e Mussolini, líder fascista italiano, são derrotados no fim da Segunda Guerra. Todos esses acontecimentos estão interligados, afinal um político astuto como Vargas sabia que, devido à política internacional e à comoção geral contra governos autoritários (como era o Estado Novo), não seria possível permanecer no poder da mesma forma por muito tempo.

Vargas compreendia tão bem a situação que ele mesmo oficializou a extinção da ação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) como órgão de censura prévia (retomando oficialmente a liberdade de imprensa), decretou anistia geral, autorizou a reabertura dos partidos políticos e convocou eleições gerais para o dia 02 de dezembro de 1945. Tudo parecia certo para a saída de Vargas e para o **tranquilo** restabelecimento da democracia no País. Sem maiores conflitos, no dia 02 de dezembro seriam realizadas as eleições gerais, e o vencedor tomaria posse como o novo presidente, desta vez eleito democraticamente.

E realmente foi o que aconteceu. Na data em questão, Eurico Gaspar Dutra foi eleito novo presidente do Brasil, dando início ao período democrático que se estenderia até o golpe civil-militar de 1964. Mas nenhum desses acontecimentos se deu de maneira tranquila. A maior prova da instabilidade constante é que Vargas não saiu do poder após as eleições, mas, mesmo com uma data certa para seu afastamento, o presidente foi deposto em 29 de outubro, através de um golpe militar que



Reprodução



Mesmo tendo lutado ao lado dos Aliados, o tipo de governo feito por Vargas se assemelhava muito com os regimes totalitários que foram derrotados na Segunda Guerra Mundial. Diante da repulsa da opinião pública contra esses governos, Vargas decidiu que era hora de mudar de estratégia.

passou o poder para o presidente do Supremo Tribunal Federal até que o novo presidente pudesse assumir.

Nesse contexto, poderíamos fazer a seguinte pergunta: por que um presidente que já convocou eleições seria retirado do cargo através de um golpe? Ou, ainda, por que não esperar pela sucessão já prevista, em vez de organizar a retirada de Getúlio Vargas?

A instabilidade do período ajuda a compreender o porquê de a história ter-se desenvolvido dessa forma, e os jornais diários são fontes de informação especialmente proveitosas. Diferentemente dos grandes livros de história, que precisam se referir ao que acontece em longos intervalos de tempo, cada edição de jornal que será mencionada a seguir precisava preocupar-se apenas com os eventos do dia e com suas repercussões mais próximas.

A partir de agora, utilizaremos os jornais como fontes de informação capazes de mostrar recortes de dias passados e que nos ajudarão a entender com maior detalhe as engenhosidades desse período. O primeiro recorte não poderia ser outro além do dia 22 de abril, data em que foi publicada, pelo jornal *Correio da Manhã*, uma entrevista denominada *A situação: declarações do Sr. José Américo*, mas que entrou para a história como “a reportagem que ajudou a derrubar Vargas”.

Fonte: <http://memoria.bn.br> (*Correio da Manhã*, edição 15431).

A entrevista marca **extraoficialmente** o início da retomada da liberdade de imprensa no País, pois, na data, o DIP ainda atuava e a divulgação do conteúdo, sem uma censura prévia, mostra que a ação do departamento já começava a ser intimidada pela mudança dos tempos. A entrevista em questão unia um jornal com tradição de rebelde e corajoso (o *Correio da Manhã*, que já citamos ao falar



do início do período republicano), um entrevistador que era também um grande opositor de Vargas (Carlos Lacerda) e um entrevistado com muito para falar (José Américo de Almeida).

José Américo foi, anos atrás, designado pelo próprio Getúlio para compor a comissão encarregada de elaborar a Constituição de 1934. Tornou-se ministro do Estado e permaneceu na posição até julho de 1934, quando se elegeu senador pela Paraíba. Em 1935, renunciou ao senado para ocupar, por indicação de Vargas, o posto de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Em 1937, José Américo teve o nome lançado para concorrer às eleições presidenciais que se aproximavam, mas, como sabemos, naquele ano as eleições não ocorreram. No lugar delas, instaurou-se o Estado Novo.

Esse momento marca a separação entre Vargas e José Américo e também habilitação deste último para dar sua opinião sobre a política brasileira. Na entrevista, José Américo diz que é hora de falar contra a situação do País. “É preciso que alguém fale, e fale alto, e diga tudo, custe o que custar”. Ele ainda afirma que o problema do País é mais moral do que político e lista motivos para a saída de Getúlio, entre os quais estão a falta de apoio do mundo político e a falta de confiança no governo tanto pela sua capacidade democrática quanto pela administrativa.

A entrevista gerou diversas repercussões, tanto nos demais jornais diários quanto nos cidadãos brasileiros. O jornal *O Globo*, que na época possuía uma edição matutina e outra vespertina, publicou, na sua edição da tarde do mesmo dia 22, mais uma fala de José Américo, que incluía o apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. Nos dias seguintes, em outros jornais do Rio de Janeiro, Eduardo Gomes passou a ser apontado como o candidato das forças democráticas nacionais e chegou a ter até a sua campanha lançada pelo rádio, conforme noticiou o periódico *O Jornal*, em 24 de fevereiro. Muito antes da convocação oficial, a corrida eleitoral já havia começado.

Nas ruas, o período não passava despercebido. Estudantes e acadêmicos convocaram manifestações pedindo a saída de Vargas e responsabilizando o seu governo por “manobras fascistas” interessadas em separar os estudantes dos trabalhadores. Em uma das faixas da época, podia ser lido: “Pode-se enganar a multidão ao longo do tempo; poder-se-á mesmo enganar parte da multidão todo o tempo, mas nunca se poderá enganar toda a multidão todo o tempo” (frase retirada de um discurso do ex-presidente americano Abraham Lincoln).

A faixa é propícia para tratar de um elemento muito comentado na época. **Dizia-se** que Vargas continuava popular entre os trabalhadores, pois durante a ditadura teria importado técnicas de propaganda de massa da Alemanha (como aquelas de que falamos na seção anterior) e as teria aplicado para garantir o apoio do povo pobre. No dia 3 de março de 1945, o citado *O Jornal* publica uma matéria com o título *Agentes provocadores perturbaram o comício dos estudantes paulistas*.

Os agitadores em questão eram os trabalhadores citados pelos estudantes, que batiam painelas e traziam cartazes dizendo “Nós queremos Getúlio”. Era o início do Queremismo. Um movimento majoritariamente composto por pessoas das classes populares que reagia aos insultos feitos a Vargas e expressava a vontade de que ele continuasse no poder.



Fonte: <http://memoria.bn.br> (O Jornal, edição 07621).

Para o historiador Jorge Ferreira, no livro *A democracia no Brasil (1945-1964)*, não era por conta das técnicas de propaganda nazista que os trabalhadores continuavam apoiando Vargas, mas em defesa das conquistas sociais que foram alcançadas durante o seu governo. São desse período a definição da jornada diária, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, a implantação do repouso semanal remunerado, das horas extras e das pensões e aposentadorias, além da própria justiça do trabalho.

Quanto à corrida eleitoral, a esse ponto já havia sido oficializada, e concorriam para ela o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da União Democrática Nacional (UDN); Eurico Gaspar Dutra, candidato do Partido Social Democrático (PSD); e Yedo Fiúza, candidato de pouca expressão lançado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Enquanto muitas matérias falavam da expressividade da campanha do candidato da UDN e louvavam seu caráter e sua trajetória política, Dutra era pouco mencionado e, quando se fazia, era comum tratar da insignificância da sua campanha, além de questionar o histórico do candidato.

Por parte da grande imprensa, dessa forma, existia um claro apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, caracterizado em muitas matérias jornalísticas como um claro combatente do fascismo e do autoritarismo, além de ser um representante da constante oposição a Vargas. Muitos textos chegavam a garantir, meses antes do pleito, que a sua vitória era certa.



Mas, como você já sabe, Eduardo Gomes nunca foi presidente do Brasil. Na verdade, nem o candidato da UDN nem Dutra empolgavam o público em seus discursos. Quanto ao Brigadeiro, a falta de comoção do público se devia, principalmente, à fala erudita e cheia de citações jurídicas. Também de formação militar, Dutra não possuía um discurso tão complicado quanto o do seu oponente, mas também lhe faltava a emoção necessária para conquistar os que ouviam suas falas.

Nas ruas, o Queremismo continuava a crescer e, a essa época, não pedia apenas Getúlio, mas a “Constituinte com Getúlio”, ou seja, a elaboração de uma nova Constituição orientada por Getúlio Vargas e a manutenção dos direitos trabalhistas. O movimento já havia recebido apoio de alguns políticos influentes; nenhum deles, entretanto, chocou mais a imprensa, os líderes políticos e a população do que o apoio de Luiz Carlos Prestes.

Os jornais da época ressaltavam a incompatibilidade entre as ideias de Prestes e Vargas e ainda a contradição desse apoio, uma vez que o líder comunista tinha sido preso por vários anos, tido sua companheira (a judia Olga Benário) entregue aos nazistas e ainda sofrido diversos maus-tratos na prisão, tudo sob ordens do governo varguista.

Essas contradições foram muito discutidas nos jornais da época. O texto opinativo *Movimento das ideias: a mão estendida e a liquidação moral*, escrito pelo jornalista Carlos Lacerda (o mesmo que realizou a entrevista com José Américo, de que tratamos a princípio) e publicado pelo jornal *Correio da Manhã*, deixa claros os temores provocados pela aproximação de dois dos homens mais capazes de movimentar as massas do país naquele momento, Getúlio Vargas (o pai dos pobres) e Luiz Carlos Prestes (o cavaleiro da esperança).

No texto, Lacerda aponta com exatidão as preocupações que começavam a atingir alguns políticos. Temia-se que Getúlio estivesse tentando, mais uma vez, permanecer no poder. “A aproximação de Prestes com um governo que o tolera, hoje, porque ontem não pôde matá-lo e agora se felicita por tê-lo conservado com vida para tê-lo ao seu lado nesta hora de reprovação nacional e mundial às ditaduras, só faz levar ao desespero às forças revolucionárias que vêem Getúlio mais uma vez disposto a trair, desta vez aos que o levaram ao poder, para ficar com aqueles que de lá pretenderam derrubá-lo”¹.

¹ Trecho da matéria *Movimento das ideias: a mão estendida e a liquidação moral*, publicada no dia 27 de maio de 1945, pelo jornal *Correio da Manhã*, edição nº 15.510.



“Santinho” da campanha presidencial de 1945.

A campanha de Eduardo Gomes, que nunca foi muito aclamada pela população, era apontada pela imprensa como única real alternativa e, por isso, como já dissemos, existiam poucas dúvidas sobre quem seria o novo presidente, afinal se ele não era popular, também não eram os seus concorrentes. Quando tudo parecia decidido, as forças eleitorais se alteraram, pois, além de não ser popular, o Brigadeiro Eduardo Gomes passou a ser rejeitado pela população.

A razão da rejeição está ligada à expressão intelectualizada do candidato. Em um de seus discursos, ele se referiu aos seguidores de Getúlio como “malta”, termo de significado parecido com “escória”, “ralé” ou, como se dizia na época, “marmiteiro”. Diante da fala, Eduardo Gomes começou a ser acusado, por seguidores de Getúlio, de ser contra os marmiteiros e de desprezar seus votos. Em outras palavras, o candidato da UDN era acusado de ser contra os trabalhadores humildes e de ser, portanto, o candidato dos ricos e dos patrões.

A expressão “marmiteiros” fez sucesso rapidamente, e, depois dela, a campanha e os jornais passaram a se dedicar a reduzir o efeito de antipatia gerado entre a população mais pobre. Na nota *Os “marmiteiros” e a intriga dos que se sentem derrotados*, publicada em 21 de novembro de 1945, no *Correio da Manhã*, a UDN tenta esclarecer o eleitorado, indicando que as declarações sobre não precisar dos votos dos marmiteiros não tinham sido ditas pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, mas pelos “sócios do Estado Novo”.

A tentativa de reparar o engano, entretanto, não surtiu muito efeito. Junto a isso, Vargas fechou acordo com Dutra, prometendo seu apoio em troca da tentativa de manutenção das leis sociais e de um Ministério do Trabalho chefiado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por Getúlio Vargas. O acordo foi selado, e, em 02 de dezembro de 1945, Dutra foi eleito com 55,39% dos votos, contra 35,74% de Eduardo Gomes e 9,7% de Yedo Fiúza.

Nesta seção, retomamos momentos e fatos da história já conhecidos por você, mas, com o auxílio de jornais da época, re-

OS “MARMITEIROS” E A INTRIGA DOS QUE SE SENTEM DERROTADOS

A U. D. N. esclarece o eleitorado e o povo em geral sobre a intriga surgida ontem impetuosamente e oriunda dos que se sentem, desde já, derrotados nas urnas de 2 de dezembro.

Fartamente, têm sido distribuídos os seguintes avisos:

“Não preciso do voto dos “marmiteiros”. Esta frase, caluniosamente atribuída ao Brigadeiro, tem a sua verdadeira origem nos escritórios dos aproveitadores do cambio negro. São eles, os sócios do Estado Novo, os que engendraram essa frase, pelo ódio que têm de se haver acabado a sua “marmita”

Os marmiteiros a que se referem são eles próprios, os reis do cambio negro engordados pela ditadura fascista, e não o valoroso operariado brasileiro.”

“Diante da derrota inevitável que os aguarda nas urnas, os defuntos insepultos do Estado Novo tentam intrigar os seus adversários com o povo. Foram eles que inventaram a frase “dos Marmiteiros”.

Se o Brigadeiro tivesse proferido tal frase, ela jámais se referiria aos brasileiros humildes, mas sim ao grupo do cambio negro, áqueles que comiam da gorda e saudosa “marmita” do Estado Novo”.

“Diante do desespero da derrota, os nazistas alemães lançavam mão de todos os recursos, inclusive das intrigas e das infâmias. Os nazistas que ainda restam pelo mundo usam agora os mesmos truques. Foram eles que inventaram a frase “dos marmiteiros” para mentirosamente atribuí-la ao Brigadeiro. Esteja alerta, pois, cidadão brasileiro, para repelir áqueles que desejam abusar da sua credulidade.”

“Não preciso do voto dos marmiteiros”. Isto é frase que só um nazista poderia engendrar para atribuí-la ao seu adversário, e assim tentar indispor-lo com o povo. Cidadão brasileiro, esteja alerta contra intriga e os integralistas. A frase sobre “Os marmiteiros” nasceu nos escritórios dos apavorados aproveitadores do cambio negro”.

Reprodução

contamos a história com um maior nível de detalhe. A informação jornalística, utilizada com finalidades históricas, visa atingir um nível de detalhe e intimidade com os atores que só o tempo presente pode proporcionar.

De nossa parte, compreendemos que a informação jornalística também acrescenta à informação histórica uma impressão de movimento e de vivacidade. Isso porque, muitas vezes, ao estudar história, temos a impressão de falarmos de fatos isolados, parados e contidos em um passado acabado, quando, na verdade, os acontecimentos do passado são, como os do presente, cheios de altos e baixos, de confusões e de acontecimentos inesperados.

A informação jornalística utilizada como fonte histórica ainda nos ajuda a perceber que história não é uma disciplina voltada apenas para eventos antigos, mas que todos os dias a história é escrita. Hoje mesmo, nos jornais impressos, nos programas televisivos, nos rádios, nas páginas de Internet e em muitos acontecimentos não acompanhados pela mídia, a história está acontecendo, e o melhor de tudo é que esta é a sua história, uma história ao alcance da sua participação, a história do seu tempo, a história do tempo presente.

Reflexão

1 Vimos na seção anterior como a entrevista de José Américo de Almeida foi fundamental para o processo que levou à saída de Getúlio da Presidência do Brasil. Analise como a relação entre imprensa e política foi crucial na mudança de rumos da história política do País naquele contexto.



4 (Fatec) Observe a fotografia, que retrata uma manifestação popular no Rio de Janeiro em 1945.



Considerando o conteúdo dos cartazes e o período em que a manifestação ocorreu, é **correto** afirmar que se tratava de:

- a. uma greve de trabalhadores rurais, exigindo o fim da República do **Café com Leite**.
- b. uma manifestação do Queremismo, que defendia a continuidade de Vargas no poder.
- c. um comício do Partido Comunista, exigindo que Vargas revogasse as leis trabalhistas.
- d. um protesto integralista, que criticava Getúlio Vargas pela convocação da Constituinte.
- e. um comício do candidato Vargas, que concorria pela UDN às eleições para presidente.

5 (UEM-PAS – adaptada) Em 1945, chegou ao fim a ditadura do Estado Novo, liderada por Getúlio Vargas. Sobre a crise do Estado Novo e o processo de democratização que se seguiu, assinale o que for **correto**.

- I. Impedido de concorrer a qualquer cargo eletivo, caso se mantivesse no cargo de presidente, Getúlio Vargas renunciou no final de outubro de 1945. Garantiu, assim, condições de elegibilidade para concorrer a uma vaga ao Senado da República, para a qual foi efetivamente eleito.
- II. Para direcionar sua influência política, Getúlio Vargas estimulou a formação de dois grandes grupos partidários, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). Em contrapartida, a União Democrática Na-



cional (UDN), também surgida no final do Estado Novo, caracterizava-se pelo perfil antigetulista.

- III. Em dezembro de 1945, Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente da República, campanha em que teve como principal adversário o brigadeiro Eduardo Gomes.
- IV. Em um período caracterizado pelo começo da chamada Guerra Fria, o governo Dutra juntou-se aos Estados Unidos.
- V. Em ruptura com o período anterior, a constituição de 1946 cancelou a legislação trabalhista feita durante o comando de Vargas, estabelecendo legislação adequada à nova situação política e jurídica do País.

Estão **corretas** as alternativas:

- a. I, II, III.
- b. I, III, IV.
- c. III, IV, V.
- d. II, III, IV.
- e. I, III, V.

6 (UFTM – Adaptada) A palavra de ordem do movimento queremista, articulado em 1945, era: “Nós queremos Getúlio”. Sobre o queremismo, é **correto** afirmar que:

- a. se tratou de um movimento popular, nascido nas fábricas do ABC paulista.
- b. foi organizado por intelectuais e propunha a continuação de Vargas na presidência.
- c. resultou da união dos maiores partidos políticos, que temiam as eleições livres.
- d. nasceu nas Forças Armadas, assustadas com a popularidade de Luís Carlos Prestes.
- e. foi articulado a partir de apoiadores de Vargas, numa tentativa de mantê-lo no poder. Em um momento posterior, o movimento voltou-se para a manutenção dos direitos trabalhistas conquistados durante o governo de Vargas.

7 (UFRRJ – Adaptada) “[...] Todos ainda se lembram dos discursos megalomaníacos de Carlos Prestes [...] nos quais [...] previa que as hostes da U.D.N. se desagregariam, [...]. Quanto ao P.S.D. era uma colcha de retalhos costurados uns aos outros pelo fio precário da ditadura, e se dissolveria a uma simples ordem do ‘Chefe’ nacional.

Vê agora, o pobre ex-cavaleiro, [...] que nada saiu como previra, [...]

Em lugar dos grupos burgueses se desintegrarem, foi Prestes quem se isolou, quem ficou sozinho com Getúlio, e agora é obrigado a seguir, direitinho, a reboque, seja de Eduardo Gomes, seja de Dutra; ou levantar um dr. Jacarandá qualquer para ‘seu’ candidato.

A saída forçada de Getúlio obriga os grupos a se consolidarem definindo-se melhor

e, finalmente, a disputarem as eleições como adversários. [...] Pode-se dizer que a verdadeira campanha de ‘sucessão presidencial’ só iniciou-se a partir de 30 de outubro.”

(Jornal Vanguarda Socialista (16/11/1945) citado de CARONE, Edgard. «Movimento Operário no Brasil» (1945/1964). São Paulo, Difel, 1998. p.258-9. v.2.)

A conjuntura política brasileira do segundo semestre de 1945 é analisada nesse artigo a partir de uma ótica crítica à ação desenvolvida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) e seu líder Luís Carlos Prestes. Abriam-se, na época, novos horizontes para o país com a derrubada da ditadura getulista e de eleições constituintes e presidenciais. Nestas, saiu vitorioso:

- a. o grupo de oposição à ditadura getulista representado pela UDN, que apresentou como candidato o antigo “tenente” Eduardo Gomes, à frente de um projeto liberal-conservador.
- b. o candidato do PCB, Eurico Gaspar Dutra, apoiado por setores do getulismo voltados a levar adiante as conquistas da legislação trabalhista.
- c. o PSD, que acabou por apresentar a candidatura de Getúlio Vargas, seu fundador, o qual derrubado pouco antes do poder, acabou a ele voltando pelo voto popular.
- d. o ex-ministro da Guerra do governo Vargas e candidato do Partido Social Democrático (PSD) Eurico Dutra, com uma política conservadora que incluiu a perseguição aos comunistas e a movimentos populares.
- e. o projeto, articulado por Vargas, de manter o controle do poder a partir do presidente eleito, Eurico Dutra, plenamente apoiado pelos getulistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O fim e o recomeço

As três histórias narradas ao longo deste livro trataram dos encontros entre os meios de comunicação e a história. Em cada uma delas, essa relação se desenvolveu de modo diferente, mas todas nos ajudaram a compreender que existe mais na história do que costumamos supor. Em outras palavras, o contato com os meios de comunicação foi capaz de comprovar que a história pode ser contada através de outros pontos de vista, pode ser influenciada por diferentes forças e que pode ser tão rica em detalhes quanto os acontecimentos de hoje.

Na primeira seção, ao tratarmos dos meios de comunicação como ponto de vista, citamos outros livros e historiadores dedicados a construir uma história mais específica do que a história geral. Essas histórias particulares, como a história da



imprensa brasileira na Primeira República, ajudaram-nos a perceber que não existe apenas uma forma de recontar o passado e que não há separação entre as narrativas gerais e as específicas. O desenvolvimento vivido pela imprensa brasileira nos primeiros anos da República não se desvinculou dos acontecimentos da época e não deixou de participar deles.

A seção seguinte revisitou outro momento muito conhecido da história da humanidade, o regime nazista alemão de 1933 a 1945 e, por meio da utilização dos meios de comunicação, pudemos perceber que alguns instrumentos também são essenciais para o desenvolvimento da história. Através de características e de usos dos meios de comunicação de massa, percebemos que a história não se desenvolve apenas através de ações e de pessoas, mas também através de ferramentas e tecnologias.

Sabemos que, sem os meios de comunicação de massa, o regime nazista não teria sido possível da mesma forma, como também sabemos que sem esses meios não teríamos hoje conhecimentos de muitos lugares, de muitas obras e de muitas realidades. Assim como não seria possível pensar na forma como nos comunicamos e nos relacionamos hoje sem pensar em dispositivos tecnológicos, não é possível pensar na história desse período sem dispensar alguma atenção para o modo como os meios de comunicação de massa eram utilizados e para a relação das pessoas com eles.

Na terceira seção, ao tratar do fim do Estado Novo e recontar esse período da história do Brasil através de recortes de jornal, percebemos que, além das grandes datas que marcam inícios e fins, a história é cheia de assuntos cotidianos. Muitas vezes, a história geral precisa focalizar as datas em que os acontecimentos se confirmaram, como a data da deposição de um presidente ou a data da eleição de outro. Entretanto, além desses dias que oficializam as mudanças, a história se desenvolve em outros dias, semanas e meses.

Cada dia, marcado por um dos recortes de um jornal que apresentamos, era também um dia comum, um dia em que pessoas nasceram, morreram, trabalharam ou descansaram. Um dia em que crianças foram para a escola ou estudaram em casa os acontecimentos do passado, muitas vezes sem se dar conta de que os acontecimentos daqueles dias também seriam o passado estudado alguns anos adiante.

Por fim, este livro convida-o/a a olhar com outros olhos para a história do tempo presente, para as manchetes de jornal e para os usos de cada instrumento que está a sua volta. Procure não pensar mais na história como um conjunto de relatos separados da sua vida, mas passe a compreendê-la como uma narrativa que influencia o seu tempo e que continua ocorrendo nele.

Daqui a algum tempo, outras pessoas olharão para os anos que estamos vivendo com interesse, procurarão jornais, fotografias, livros e filmes de uma época que, para eles, já faz parte da história. Para você, entretanto, essa história ainda está em aberto, sendo construída a cada dia e chamando-o/a a participar dela.



Referências

- BAHIA, Benedito Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. São Paulo: Edusp, 2003.
- BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006.
- FGV, CPDOC. *A era Vargas: dos anos 20 a 1945*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/Imprensa>.
- GOLIN, Cida; DE ABREU, João Batista. *Batalha sonora: o rádio e a Segunda Guerra Mundial*. Rio Grande do Sul: Edipucrs, 2006.
- HAUSSEN, Doris Fagundes. O poder de mobilização do rádio. *Rádio e pânico: a Guerra dos Mundos*, v. 60, 1998.
- HITLER, Adolf. *Minha luta*. São Paulo: Ed. Moraes, 1983.
- JUDEU, O Eterno*. Direção: Fritz Hippler. Alemanha, 1940. 1 DVD (65 min), PB, som.
- LENHARO, Alcir. *Nazismo: “o triunfo da vontade”*. São Paulo: Ática, 2003.
- MERCATELLI, Rose. A entrevista que ajudou a derrubar Vargas. *Revista Leituras da História*. Ed. 49. Disponível em: <http://leiturasdahistoria.uol.com.br/a-entrevista-que-ajudou-a-derrubar-vargas>.
- ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Santa Catarina: Editora Insular, 2007.
- SALES, Campos. *Da propaganda à Presidência*. Typ. “A Editora”, 1908.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 501 p.
- SÜSS, *O Judeu*. Direção: Veit Harlan. Terra Filmkunst: Alemanha, 1940. 1 DVD (1h 38 min), PB, som.

